

mo.ra.dia

substantivo feminino

intervenção para as mulheres de são carlos

.trabalho de graduação integrado.2019.beatrice volpato teixeira



mo.ra.dia

substantivo feminino

intervenções para as mulheres de são carlos

beatrice volpato teixeira

instituto de arquitetura e urbanismo IAU USP

orientação:

aline coelho sanches corato

camila moreno de camargo

novembro de 2019

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TT266m Teixeira, Beatrice Volpato
 mo.ra.dia: substantivo feminino / Beatrice Volpato
 Teixeira. -- São Carlos, 2019.
 97 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2019.

1. gênero. 2. habitação de interesse social. 3.
mulher. 4. são carlos. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

trabalho de graduação integrado
instituto de arquitetura e urbanismo - usp são carlos
beatrice volpato teixeira

comissão de acompanhamento permanente

aline coelho sanches corato

david moreno sperling

lúcia zanin shimbo

joubert josé lancha

coordenadora de grupo temático

camila moreno de camargo

banca examinadora

prof.^a dr.^a aline coelho sanches corato
instituto de arquitetura e urbanismo

prof.^a dr.^a camila moreno de camargo
instituto de arquitetura e urbanismo

prof.^a dr.^a marina mange grinover
convidada externa

9 introdução

10 inquietações

28 cdhu e são carlos

leituras do território

52 diretrizes projetuais

65 proposta final

94 bibliografia

e processo



IMG. 1: América Invertida, de Joaquim Torres Garcia
Fonte: <https://bit.ly/2WFUILu>
Acesso em 15 de jun de 2019

“Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem a mim: ‘Você pensa assim porque é uma mulher.’ Mas eu sabia que a minha única defesa era responder: ‘Penso-o porque é verdadeiro’, eliminando assim minha subjetividade”
-Simone de Beauvoir em O Segundo Sexo, página 18.

Utilizo este espaço para conclamar Marie Gouze (1748-1793), que defendeu assiduamente o papel da mulher como cidadã no período da Revolução Francesa. Conclamo as soviéticas Alexandra Kollontai (1872-1952), representante direta das mulheres da classe trabalhadora no período da Revolução Russa, assim como Nadejda Krupskaya (1869-1939), referência nos assuntos relacionados à pedagogia durante o mesmo período. Rosa Luxemburgo (1871-1919), importante filósofa e economista marxista e militante revolucionária. Simone de Beauvoir (1908-1986), grande pensadora sobre as questões das mulheres, assim como Angela Davis (1944), cujo trabalho é extremamente importante para discutir a questão das mulheres trabalhadoras negras.

Também conclamo Dandara dos Palmares, Anastácia, Luiza Mahín, Tereza de Benguela, Aqualtune, Zeferina, Maria Felipa de Oliveira, Aco-tirene, Adelina Charuteira, Rainha Tereza do Quariterê, Mariana Criou-la, Esperança Garcia, Maria Firmina dos Reis, Eva Maria de Bonsucesso, Maria Aranha, Na Agontimé, Tia Simoa, Zacimba Gaba e todas as outras mulheres negras que vieram para o Brasil como escravas obrigadas pelo homem branco europeu e que cujas filhas ainda sofrem dos danos causados pelo sistema que explora, exclui e violenta principalmente as ascendentes do continente africano.

Saúdo Pagu (1910-1962), Olga Benário (1908-1942), Nise da Silveira (1905-1999), Mayumi Watanabe (1934-1994), Zuleika Alambert (1922-2012), Mercedes Lima (1945) e diversas outras mulheres brasileiras que lutaram e/ou lutam pelas trabalhadoras no nosso país. Saúdo Carmen Portinho (1903-2001) pelo excelente trabalho como feminista, engenheira e diretora do departamento de habitação popular.

Saúdo todas as arquitetas, brasileiras ou não, pela luta diária para ocupar um ofício muitas vezes masculinizado e pela luta contra o apagamento histórico.

Por fim saúdo a mulher mais forte que conheço, Consuelo Volpato, e a mulher que me mostrou o mapa mundi invertido, Maria Aparecida Volpato.

Agradeço especialmente minhas orientadoras Aline e Camila pela construção deste trabalho e os meus amigos por terem dado suporte quando tudo parecia muito difícil.

Este trabalho é produto de um acúmulo sobre a questão de gênero, sobretudo acerca da mulher, e o espaço. Busca-se aqui entender a relação entre o corpo feminino, o espaço privado e o espaço público através da sua prática social analisando a posição da mulher no sistema de acúmulo de capital e na exploração de trabalho que ele implica e como o espaço social, influenciado pelas relações de exploração, afeta o espaço físico.

Partindo disso, foi feita a escolha de se trabalhar em diversas escalas: desde a cidade, onde acontece a vida pública, até a moradia, espaço privado pelo qual se condiciona uma boa parte das atividades diárias da mulher. Esta definição de não dissociar o objeto arquitetônico da cidade vem também de uma forma crítica à maneira que se pensa habitação de interesse social no Brasil, como por exemplo os bairros feitos pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida ou pela implementação do bloco H da CDHU em todo território brasileiro sem qualquer consideração às questões locais e sem se importar com a inserção dos conjuntos na cidade, criando assim diversos problemas para as cidades brasileiras.

Como uma última contribuição de leitura e proposta projetual para a cidade de São Carlos, que me abrigou durante os últimos 5 anos, na liberdade que a posição de estudante me possibilita, a escolha de ter como objeto de estudo o conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho, conhecido pelos carlopolitanos como “CDHU” ou “cedéga”, veio através de uma série de singularidades que compõe as características deste território e que o definem como um espaço precarizado e esquecido pelo poder público.

breve contexto político e social

Vivemos em um momento de crise econômica e política, fenômeno típico do modelo econômico que tem como maneira de sobrevivência o ciclo da acumulação que, segundo Harvey (1982), passa pelas etapas de estagnação, recuperação, expansão baseada no crédito, febre especulativa e, por fim, o *crash*. É nesses momentos, quando há ameaça ao poder da classe dominante, que a democracia é desconsiderada por ser um luxo que não pode ser mantido devido aos tantos problemas chegados com a crise. Foi assim no fascismo, na Europa nos anos 1920 e 1930, foi assim nas ditaduras militares na América Latina entre os anos de 1960 e 1970 e está sendo assim nos dias de hoje de maneira global por meio do acirramento dos discursos de ódio da extrema direita, que se reflete tanto na sociedade quanto na política.

O Brasil passou por um processo eleitoral fortemente marcado por *fake news*¹ e que findou por eleger para presidência um candidato com posições que atacam a classe trabalhadora e as minorias, defendendo a flexibilização das leis trabalhistas, o desmonte da previdência social, a escola sem partido, a legalização do porte de armas, sendo também contra a população indígena, contra os direitos das mulheres e dos lgbts. Esses ataques não são ao acaso, são parte da agenda capitalista de enfraquecer a organização dos trabalhadores e de manter a posição subjugada das minorias através da continuidade da exploração da força de trabalho para um aumento da exploração que restabeleça as condições de acumulação capitalista.

Tais conflitos sociais refletem no território: não é à toa que a classe trabalhadora, a população negra, as mulheres, os moradores de rua e outros grupos fragilizados em meio a esse sistema estão sempre em espaços periféricos, sem infraestrutura e sendo tratados de maneira violenta.

1. Notícias falsas de distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda online, como nas mídias sociais.

Lidar com minorias e com a classe trabalhadora é também entender os contextos, afinal, discutir Arquitetura e Urbanismo é discutir política e ciência social para entender os problemas estruturais e até onde podemos contribuir através das nossas atividades.

desigualdade de gênero

Existem teorias e mais teorias sobre a questão da opressão contra mulher, sobre como começou e de onde veio. Temos Marx que defende que houve uma virada da sociedade de matriarcal para patriarcal, também temos Engels engrossando a teoria através da indicação de que a opressão começou com a origem da propriedade privada e a noção de família e Bebel (1879, p. 49, apud ALAMBERT, 1986, p. 114), que contextualizou dizendo que “a mulher foi escrava antes de que existisse o escravo”. Mas há de se lembrar de Simone de Beauvoir que, em seu livro ‘O Segundo Sexo’, discute que a origem de tal opressão é muito mais primitiva do que imaginamos. Zuleika Alambert (1986) bem analisa que a discriminação do sexo está para além das relações de produção ou algo puramente ligado à economia; é uma questão biológica e social, pois é através das relações sociais que se aparecem as diferenças humanas. Sendo assim, a autonomia dessa configuração social da diferença entre mulher e homem foi reproduzida por tanto tempo e em tantas situações que acabou por parecer um processo natural ao ponto de que, se houvesse a abolição das classes, o operário deixaria de ser operário, mas as mulheres continuariam sendo mulheres e exploradas através do serviço doméstico e das questões reprodutivas. Portanto, a exploração das classes só será superada quando a exploração das mulheres também acabar e vice-versas.

A subordinação feminina foi e é um componente essencial para o sucesso do modo capitalista de produção, afinal, desde a revolução industrial as mulheres formam uma grande parte da força de trabalho e sua condição dentro da sociedade patriarcal forja uma inferiorização de sua atividade biológica e isto é utilizado como justificativa para a desvalorização da sua força de trabalho (mulheres são mais fracas e engravidam), garantindo assim maior exploração. Por isso é contraditório dizer que a luta pela liberdade das mulheres pode ser feita sem uma mudança radical na superestrutura e estrutura em que vivemos. Não existe fim da desigualdade de gênero dentro de um sistema capitalista, e por isso se justifica aqui todo o embasamento marxista para lidar com a temática.

a mulher e o trabalho

Uma das especificidades da rotina feminina é o serviço doméstico. Mesmo as mulheres tendo conquistado o mercado de trabalho, elas ainda assim são as maiores responsáveis por cuidar da casa, fazer as compras e cuidar das crianças. Isso configura uma atividade necessária para o bem estar doméstico, porém não é remunerado e nem reconhecido como um trabalho, e sim como uma obrigação da mulher. Pois então, se todas essas condições do serviço doméstico existem, não seria esta atividade uma forma de exploração das mulheres?

Basta olhar para as Estatísticas de Gênero (2018) levantadas pelo IBGE para comprovar que em pleno século XXI, após várias ondas feministas, o serviço doméstico ainda é feito majoritariamente pelas mulheres. O tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, em 2016, em horas semanais é de 10,5 para os homens e 18,1 para as mulheres. Isto quer dizer que, por semana, as mulheres passam pelo menos uma jornada de trabalho a mais que os homens fazendo serviço doméstico e sem receber nada por isso. Além de trabalhar mais, as mulheres recebem menos mesmo sendo o recorte mais presente no ensino superior (mulheres recebem em média 1.764 reais, enquanto os homens recebem 2.306, sendo que 23,5% das mulheres brancas e 10,4% das mulheres negras completaram o ensino superior em comparação com os 20,7% dos homens brancos e 7,0% dos homens negros).

RENDIMENTO HABITUAL DE TODOS OS TRABALHOS EM 2016 NO BRASIL

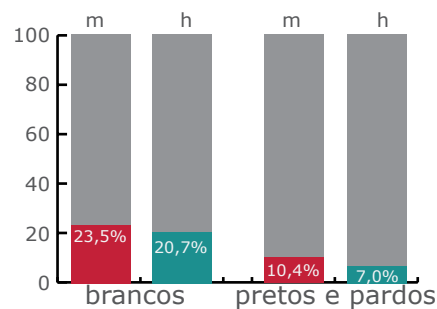
mulheres

homens



Fonte: IBGE 2016

PORCENTAGEM DE MULHERES E HOMENS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM 2016 NO BRASIL

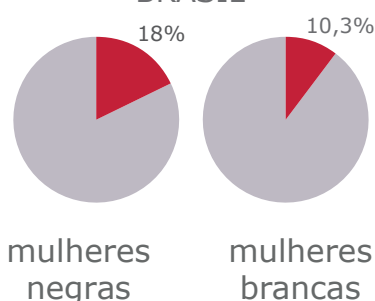


Fonte: IBGE 2016

Mesmo quando uma mulher possui dinheiro para contratar outra pessoa para fazer o serviço, provavelmente vai ser feito por uma mulher negra e periférica e além disso com uma baixíssima remuneração como podemos perceber nos indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, que mostram que em dados mais recentes (2015) 18% das mulheres negras estão ocupadas pelo serviço doméstico em comparação com 10,3% das mulheres brancas. No recorte da região Sudeste, 20,5% das mulheres negras são empregadas domésticas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil é o país com a maior população de domésticas do mundo, com cerca de 7 milhões de pessoas no setor.

Outra prova da exploração nesse tipo de serviço é que as atividades das empregadas domésticas só foram regularizadas com a emenda constitucional 72 de abril de 2013, conhecida como a “PEC das Domésticas” e com a lei complementar 150 de 2015, o qual obriga um registro na carteira, garantindo assim seus direitos como trabalhadoras.

PORCENTAGEM DE
MULHERES TRABALHANDO
COMO EMPREGADAS
DOMÉSTICAS EM 2016 NO
BRASIL



Fonte: IBGE 2016


NO SUDESTE, 20% DAS MULHERES NEGRAS TRABALHAM
COMO EMPREGADAS DOMÉSTICAS, OU SEJA, A CADA 5
MULHERES NEGRAS 1 É EMPREGADA DOMÉSTICA



Fonte: IBGE 2016

Saffioti (1979) concluiu através de sua investigação que a categoria ocupacional de 'empregada doméstica' se encaixa dentro do sistema de acumulação do capital no conceito de "exército industrial de reserva", ou seja, é uma força de trabalho reservada para quando o ciclo de acumulação estiver em sua etapa de busca por mais trabalhadoras para aumentar a produção e o consumo, até que no momento do *crash* definido por Harvey (1982) elas são novamente descartadas do trabalho registrado.

Envolvido em situações de informalidade, é importante lembrar que este tipo de ocupação está interligado com nosso passado escravocrata e é uma consequência do racismo estrutural de nossa sociedade. Assim, ocorre lembrar do comentário de Lúcio Costa em 1951 no seu texto que cita um pouco sobre as mudanças da habitação e como isso influenciou e foi influenciado pela exploração da população negra como criados:

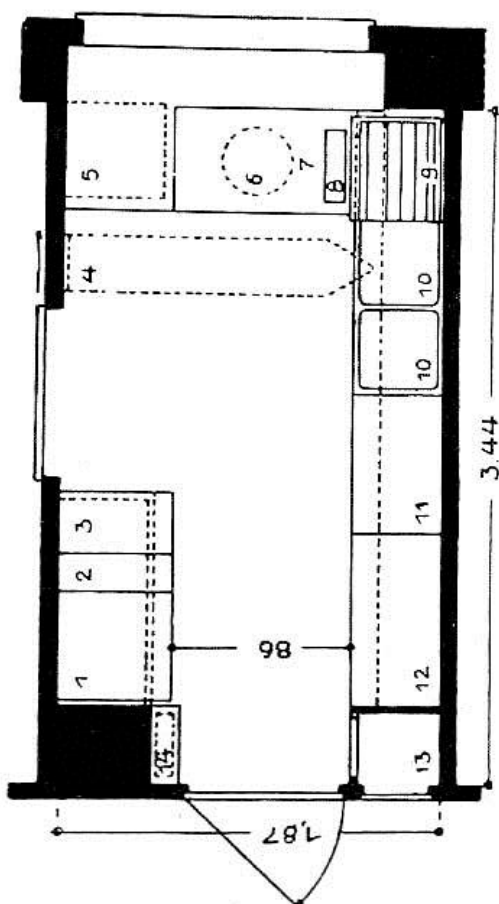


Mesmo depois de abolida a escravidão, os vínculos de dependência e os hábitos cômodos da vida patriarcal de tão vil fundamento perderam, e, durante a primeira fase republicana, o custo baixo da mão-de-obra doméstica ainda permitiu à burguesia manter, mesmo sem escravos oficiais, o trem fácil de vida do período anterior, tanto mais assim porquanto, além da água encanada, era então iniciada aqui a exploração dos de utilidade pública - 'City Improvements', 'Compagnie du Gaz' e 'Light & Power' - capazes de tornar menos rude a faxina caseira. Só mais tarde, com o primeiro após-guerra, a pressão econômica e a consequente valorização do trabalho, despertaram nas "domésticas" a consciência de sua relativa libertação, iniciando-se então a fase da rebeldia, caracterizada pelas "exigências absurdas" (mais de cem mil réis!) e pela petulância no trato ao invés da primitiva humildade.

Partindo dessas informações, questiono-me se o modelo de habitação que temos como referência e que desenhemos é suficiente para a demanda das mulheres e se teria alguma maneira de aperfeiçoar esses projetos à uma melhor qualidade de vida para elas, principalmente às que se encontram em situações de maior exploração.

a mulher e o espaço privado

À mulher o espaço privado sempre foi seu local de confinamento, só após a 2ª Guerra Mundial, quando os homens estavam guerreando e as mulheres passaram a ser a força de trabalho, é quando elas começaram a participar mais das atividades da cidade. Essas mudanças das atividades da mulher, gerou conflito com suas responsabilidades de serviço doméstico, o que fez com que fosse repensado o espaço da casa para dar menos trabalho. Como exemplo desse esforço, temos a cozinha Frankfurt, de Margarete Schütte-Lihotzky, que junto com o advento da tecnologia da época tinha a proposta de otimizar o serviço doméstico assim como uma estação de trabalho industrial, ou seja, a industrialização do serviço doméstico.



IMG. 3 Planta da cozinha Frankfurt.
Fonte: <https://bit.ly/2wWn0a7>
Acesso em 16 de jun de 2019



IMG. 4: Foto da cozinha Frankfurt.
Fonte: <https://bit.ly/2ZqzCm3>
Acesso em 16 de jun de 2019

É importante lembrar que é significativa a busca por uma otimização do serviço doméstico. Mas o programa feminista não pode se pautar na redomesticação da mulher (HENDERSON, 1996) e sim em o resolver o problema da divisão sexual do trabalho. Davis (1981) coloca uma visão crítica do Movimento pela Remuneração da Tarefas Domésticas originado na Itália em 1974 por entender que não basta pagá-las pelo seu serviço dentro de casa, pois esta atividade, principalmente para as mulheres que são donas de casa em período integral, é das mais alienantes e só serve para reforçar o papel feminino como exclusivamente doméstico.

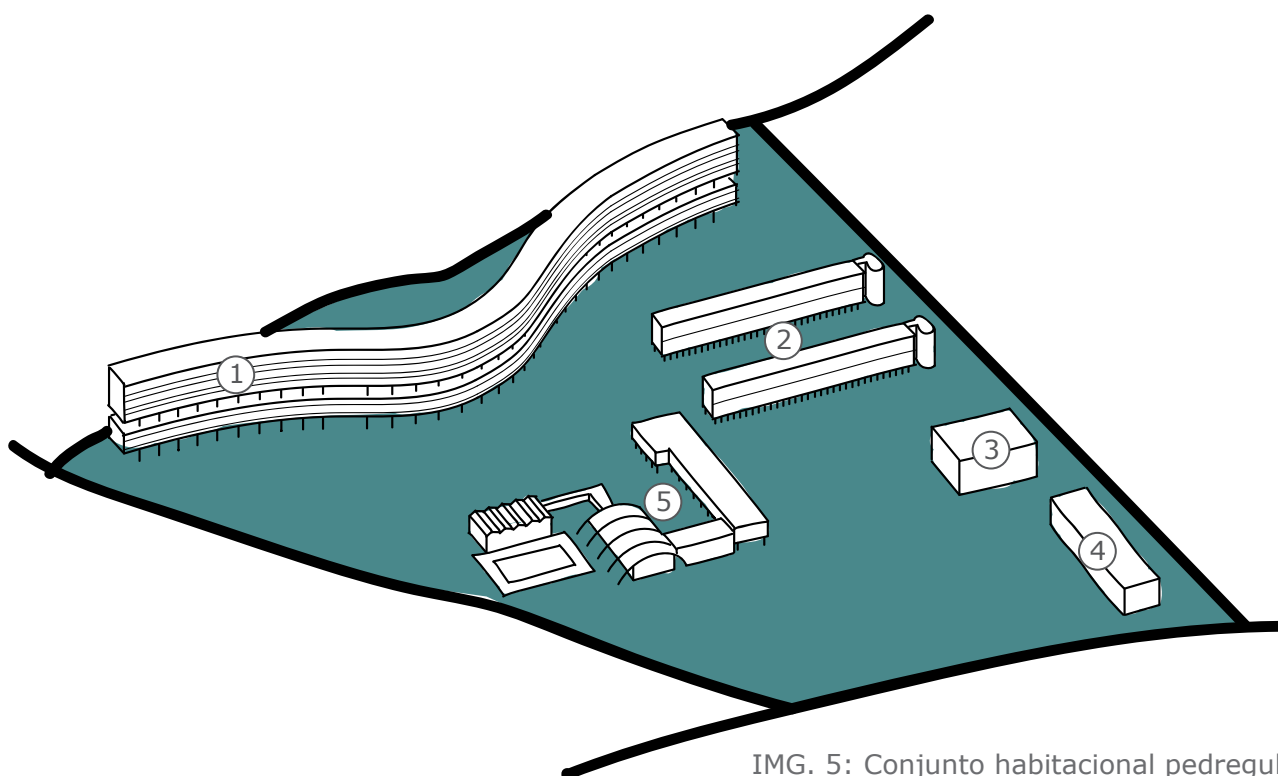
Outra perspectiva para lidar com a exploração da mulher no serviço de casa era a proposta para a socialização do trabalho doméstico como discorre Davis (1981), sendo assim, haveriam comedouros públicos, lavanderias públicas e trabalhadores assalariados encarregados da limpeza, transformando assim essa atividade em trabalho remunerado e dividido entre os sexos, suprimindo com a exploração do serviço doméstico feminino.

Hoje, para as mulheres negras e para todas as suas irmãs da classe trabalhadora, a noção de que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças pode ser tirado de seus ombros com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina. O cuidado das crianças deve ser socializado, a preparação das refeições deve ser socializada, as tarefas domésticas devem ser industrializadas - e todos esses serviços devem estar prontamente acessíveis à classe trabalhadora. (DAVIS, 1981, p. 233)

Pensando na aplicação desta ideia, a configuração da habitação mudaria? Onde ficariam esses espaços de serviço? Eles seriam coletivos?

Há o desafio de se encontrar referências contemporâneas de moradias que possuem essas características. Do repertório conhecido podemos citar os falanstérios como uma experiência remota e utópica das habitações coletivas; no Brasil, o conjunto habitacional Pedregulho feito por Afonso Reidy e Carmen Portinho previa uma lavanderia coletiva, mas por dificuldades da administração do conjunto ela foi desativada.

Referência não só da arquitetura de Reidy, como também de programa e de atuação de Carmen Portinho como feminista (desde seu tempo de secundarista), e como diretora do Departamento de Habitação Popular. De acordo com Bonduki e Nascimento (2014, p. 172 e p. 181):



IMG. 5: Conjunto habitacional pedregulho.

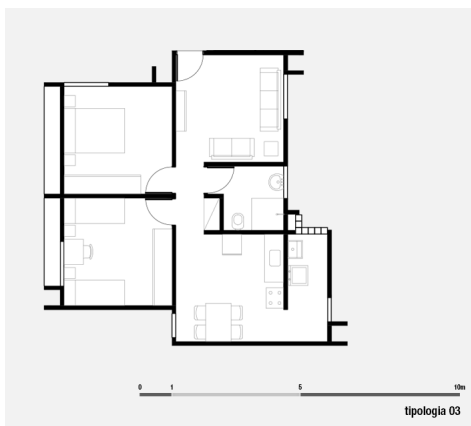
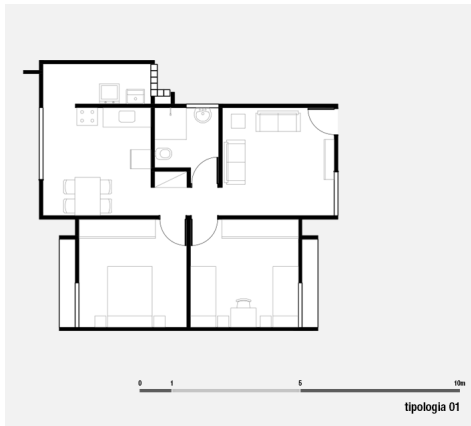
LEGENDA:

- 1-Bloco A com 272 unidades
- 2-Blocos I e II com 28 unidades cada
- 3-Posto de saúde
- 4-Lavanderia coletiva/mercado
- 5-Escola municipal

Para ela, a habitação devia ser entendida como um serviço público. As unidades habitacionais deveriam estar adequadas ao tamanho da família, variando de 25 a 70 m², eliminando-se os espaços supérfluos. Os equipamentos de uso coletivo deviam reduzir o espaço no interior dos apartamentos, melhorando a vida dos trabalhadores e criando senso de comunidade.

A integração da lavanderia mecanizada com a cooperativa de consumo num mesmo edifício pressupunha pelo menos uma visita diária, seja para deixar ou pegar roupas, seja para abastecer a moradia de produtos básicos. A ideia era facilitar a vida da mulher que, na concepção de Portinho, ficaria bastante liberada das tarefas domésticas, inclusive porque as crianças estariam seguras no ambiente escolar e nos deslocamentos internos dos conjuntos.

Apesar das demandas de gênero não serem pontos centrais, as obras da assessoria técnica USINA dos conjuntos habitacionais feitos através de mutirões de autogestão tiveram uma grande participação feminina, da qual discorrerei mais adiante, e que garantiram uma qualidade arquitetônica bem diferente dos conjuntos que geralmente são construídos no Brasil por políticas públicas como a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

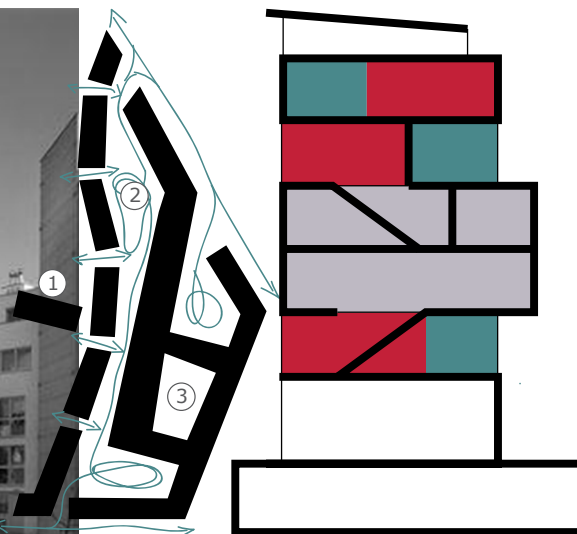


IMG. 6, 7 E 8: Conjunto Habitacional
União da Juta - USINA
Fonte: <https://bit.ly/2WNNbih>.
Acesso em de jun de 2019

Outra experiência de habitação que podemos usar como referência foi a construção de um conjunto habitacional em Viena totalmente pensado para suprir as necessidades das mulheres. Chamado de Frauen Werk Stad I (traduzido como 'Mulheres da cidade do trabalho'), finalizado em 1997, o conjunto foi responsabilidade de várias mulheres: Franziska Ullmann, Maria Auböck, Gisela Podreka, Elsa Prochazka e Liselotte Peretti. Segundo Ullmann, o conjunto possui várias áreas coletivas de diferentes características, um eixo de circulação e atividades que favorece o encontro, controle visual a partir dos apartamentos, uma grande variedade de tipologias, a cozinha sempre como elemento central e a variação de atividades nas fachadas. (CORADIN, 2014)



IMG. 9: Foto do Frauen Werk Stad I
Fonte: <https://bit.ly/2WNNbih>.
Acesso em de jun de 2019




IMG 10: Esquema de
implantação
LEGENDA:
1-Creche
2-Área verde
3-Parque infantil

IMG 11: Esquema de
corte
LEGENDA:
Cozinha
Sala
Quarto

a mulher e a cidade

Mas pensar o espaço da mulher não pode se restringir em pensar no ambiente que ela já prepondera, é preciso pensar também em como essa mulher utiliza o espaço público e quais as suas necessidades de mudança. Ainda que existam espaços urbanos onde a mulher é bem vinda, esses espaços sempre foram, segundo Saraiva (2017) cita Calió (1992a), extensões dos espaços domésticos (mercado, creche, posto de saúde).

Como diz Tavares (2017), a opressão de gênero, assim como a de classe, tem diversas intersecções e por isso, diversas necessidades, pois as práticas sociais de uma mulher branca de região central são diferentes das práticas de uma mulher negra e periférica. Essas práticas sociais são realizadas no espaço urbano, espaço esse que segundo Lefebvre (1986) são expressão das relações sociais além de criação e reprodução do capital. Esses espaços são, segundo Bordieu (1997) a manifestação física do espaço social, portanto, se o espaço social é regrado pelas normas patriarcais e heteronormativas, então pode-se dizer que nos espaços da cidade há um conflito com o corpo feminino ocupando um espaço androcêntrico.



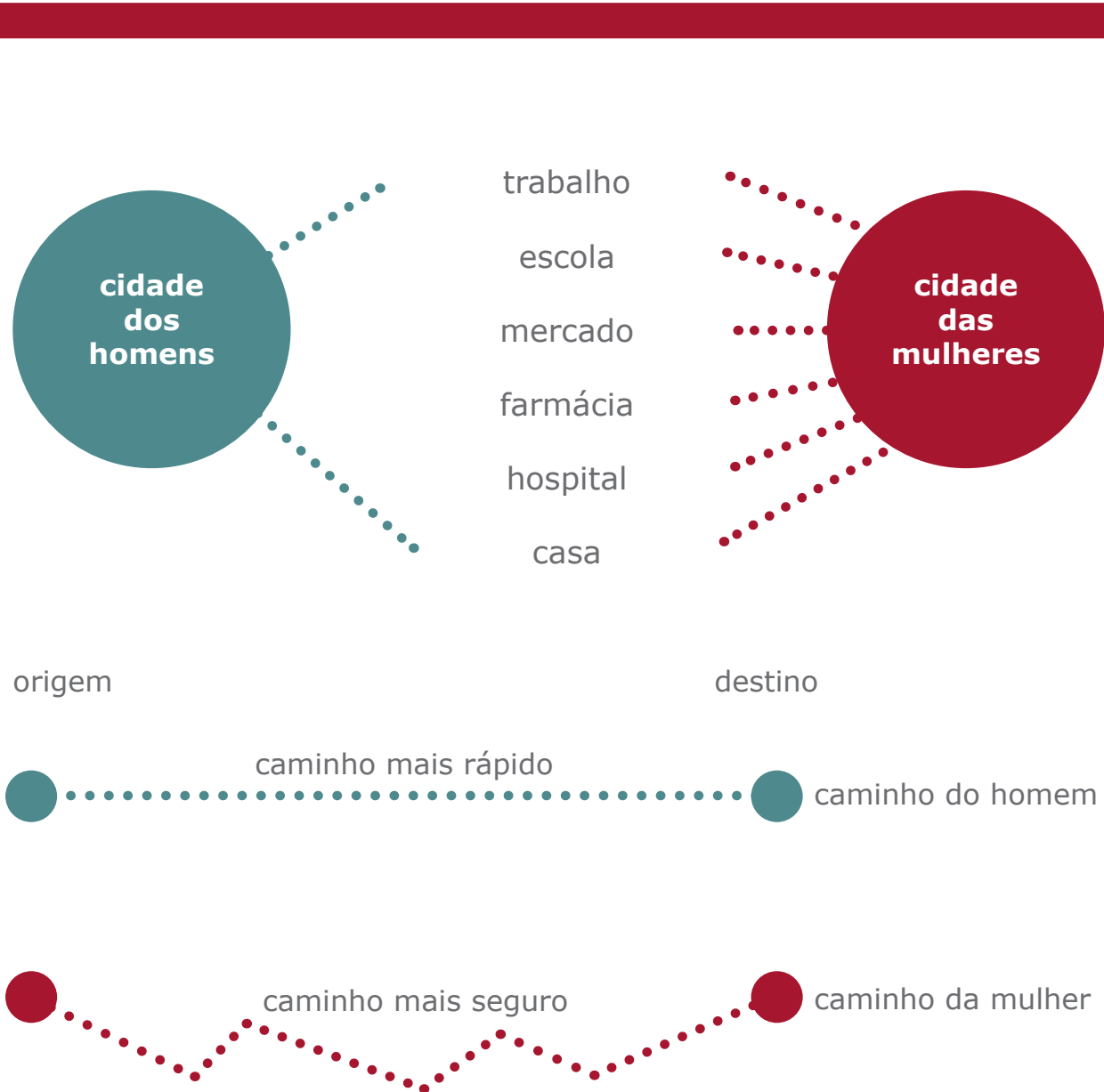
Isto quer dizer que procuramos as brechas para existirmos na cidade. Achamos brechas quando ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos, ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir através de nossos corpos e práticas sociais. (TAVARES, 2017, p. 7)

Estes conflitos estão no território urbano e as mulheres estão ocupando esses espaços de maneira a criar uma resistência. É importante não incentivar a vitimização da vivência feminina na cidade, pois, como Tavares (2017) sinaliza, mesmo estando em cidades controladas e planejadas a partir de uma perspectiva masculina, “as mulheres são agentes ativos que frequentemente tentam reconceber a cidade, para desafiar e permear as fronteiras de gênero, através das práticas sociais.”

Jacobs (1961), desqualificada a pensar a cidade por Moses com a justificativa de ser ‘mãe’, compreendeu que os projetistas e planejadores modernos, em sua maioria homens, ao proporem um zoneamento que distancia os espaços de trabalho, comércio e de residência estavam na verdade esmorecendo a participação dos homens nesses

espaços onde a vida doméstica ocorre. Através deste exemplo pode-se perceber que pensar sobre a cidade na perspectiva de gênero, sobretudo acerca da mulher, é também pensar na inserção do homem nos ambientes considerados como femininos.

A setorização da cidade concebida pelos modernos é prejudicial à utilização da cidade pela mulher, pois cria a ausência e a falta de diversidade nos espaços, transformando esses lugares em ambientes inseguros. Além disso, para as mulheres que trabalham, levam e buscam o filho na escola, fazem compras da casa e fazem serviço de banco, a setorização acaba por dificultar tais atividades, fazendo a mulher gastar muito mais tempo nos deslocamentos.



Neste caso, mais do que buscar um direito de acesso aos recursos urbanos que atenda às especificidades de gênero, o direito à cidade engloba também, segundo Harvey (2014), o direito de decisão sobre a cidade e, através de ações coletivas, construir a cidade. E a ânsia por parte das mulheres em intervir no espaço e nas questões sobre direito à cidade existe, basta investigar a mobilização delas quanto às remoções de moradias populares ou quanto à violência policial dentro das favelas no Rio de Janeiro, conforme Tavares (2017) identifica. Inclusive podemos citar aqui duas mulheres que personificaram suas lutas no território carioca: a moradora da Vila Autódromo Dona Penha, que lutou contra o Estado de exceção que exerceu suas medidas antidemocráticas de remoção com a justificativa da execução de megaeventos, e a vereadora Marielle Franco que defendia as questões das minorias e dos mais pobres, e foi assassinada em um crime de execução em 2018.



IMG. 12: Dona Penha
Fonte: <https://bit.ly/2CRquOc>
Acesso em de nov de 2019

IMG. 13: Marielle Franco
Fonte: <https://bit.ly/2CPSem9>
Acesso em de nov de 2019



Outra experiência de participação numerosa de mulheres em ações voltadas ao direito à cidade são as construções de mutirão de autogestão de conjuntos habitacionais do município de São Paulo na época da gestão da primeira prefeita mulher Luiza Erundina, de 1989 à 1992, em que coincidentemente ou não a Secretária municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano era encabeçada por outra mulher, Ermínia Maricato. Como pude verificar em minha iniciação científica intitulada “Mulher, Canteiro e Arquitetura: Os casos dos conjuntos União da Juta e Rio das Pedras” e orientada pela professora doutora Aline Coelho Sanches Corato, o movimento de luta por moradias inclui uma grande presença de mulheres por entenderem a importância da moradia como ferramenta de inclusão e acesso à cidade.

Lutar por moradia para essas mulheres é lutar pela emancipação feminina, afinal, em uma sociedade onde o direito de morar envolve adquirir uma propriedade privada e a força de trabalho feminina é dentre as forças a mais explorada, ter onde morar é um grande desafio e que muitas vezes vem associado a resistir em uniões em que a violência doméstica está presente. O acesso à moradia por meio de políticas públicas foi oportunidade de muitas mulheres de se divorciarem de seus parceiros violentos.




IMG. 14 e 15: Mulheres trabalhando no mutirão para construção do Conjunto Habitacional União da Juta

Fonte: <https://bit.ly/2CQFdsw> e <https://bit.ly/32UIHEU>

Acesso em de nov de 2019

E do conjunto amplo de situações de opressão dos homens sobre as mulheres, a ocorrência da violência de gênero (que pode ser física, verbal, ou psicológica ou ainda existir em diferentes intensidades desde o assédio até a agressão) é bastante discutida pelo feminismo e pelo urbanismo que tem uma perspectiva feminista. A violência de gênero no espaço público certifica que o corpo feminino não é público e que a partir do momento que este corpo está no espaço público ele vira um corpo disponível, destacando que na verdade ele deveria estar no espaço doméstico (TAVARES, 2015).

O medo da violência de gênero faz com que as mulheres evitem utilizar a cidade e isso é extremamente prejudicial quanto à vivência delas como cidadãs. Se o ambiente público é perigoso para elas, a ausência delas nesse espaço faz com que seja mais perigoso ainda, pois reforça o caráter masculino da cidade.



Enquanto espaços de possibilidade, os corpos das mulheres e suas práticas espaciais devem ser considerados como mecanismo de interferência no espaço urbano. A simples presença dos seus corpos desorienta e desestabiliza o espaço segundo padrões dominantes, e esse aspecto pode suscitar processos de transformação do espaço urbano (...). (TAVARES, 2017, p. 10)

Estar confinada no espaço privado também não garante à mulher estar a salvo dessa violência. Tavares (2015) explicita isso mostrando dados alarmantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) quanto a violência de gênero no ambiente doméstico: 44,1% das mulheres negras e 41,7% das mulheres brancas já sofreram.²


Abordar a questão da segurança no urbanismo feminista é muito importante, mas não pode se confundir com a segurança pregada pelo urbanismo neoliberal que tenta resolver esse problema de maneira individualista ao utilizar da segregação, dos muros, de condomínios fechados, da gentrificação e dos vocabulários eufemizados nas expressões cheias de “re”s (revitalização, reurbanização, renovação)³ pois esse tipo de urbanismo só cria mais diferenças e preconceitos baseados em classe, raça, gênero e assim por diante.

A segurança no urbanismo feminista também não pode se ater somente a projetos que permitam uma proteção mediante ao olhar controlador nas ruas, como defende

2. Nos locais públicos os números não se diferenciam tanto: 51,6% das mulheres negras e 44,1% das mulheres brancas já sofreram violência. (Tavares, 2015)

3. Arantes (2009)

Jacobs (1961) mesmo sem uma perspectiva específica de gênero, ou que se preocupem apenas com a iluminação pública. A segurança das mulheres no espaço público também se estabelece pela construção de uma identidade urbana que as mulheres fazem de maneira individual e, principalmente, coletiva. É através do reconhecimento, debate e materialização das demandas das mulheres que se enfatiza um ambiente amigável à elas. (TAVARES, 2015)



É preciso admitir que a forma urbana definida não é o suficiente para que as pessoas mudem seu comportamento. Nem mesmo suficiente para se garanta os serviços urbanos de qualidade. Não é porque nós mudamos as rotas ou horários de transporte público que temos trabalhado para a igualdade de gênero na cidade. É necessário que “as mensagens ideológicas” contidas na forma urbana se transformem. Sendo assim, a dimensão cultural e identitária são a dimensão oculta do espaço (COUTRAS, 1996, p.20) que precisam ser considerados antes de qualquer debate sobre projeto e desenho urbano. Mesmo em áreas centrais de cidades europeias onde se concentram diversidade e intensidade de usos, vemos o modo de vida substituído por modo de consumo, ou seja, o urbanismo tem sido pensado não para facilitar modos de apropriação do espaço urbano, mas sim o consumo do espaço, uma cidade-mercadoria. (TAVARES, 2015, p. 118)

Outra orientação do urbanismo feminista, ou do que se espera dele, é pensar nos equipamentos de educação e cuidado infantil como as creches, além de espaços de lazer infantis. Esses são elementos realmente importantes na vida das mulheres, visto que a proporção do nível de ocupação das mulheres com filhos vai de 54,4 para 65,8 das mulheres sem filhos até 3 anos nos dados de 2016 do IBGE⁴. Tavares (2015) aponta que a adição de uma criança na família à empobrece não só porque os gastos aumentam, mas também porque as mulheres, que são socialmente responsáveis por cuidar das crianças, deixam a carreira de lado ou perdem diversas vagas de emprego por discriminação. Os espaços e equipamentos públicos voltados à infância permitem a liberação das mulheres por um intervalo de tempo proporcionando assim a reinserção no mercado de trabalho e até momentos de descanso.

Mas não basta só pensar nas creches e nos espaços de lazer infantis para liberar as mulheres dessas atividades, é preciso também pensar em espaços de lazer para elas. Tavares (2015) encontrou uma certa dificuldade de desco-

4. Enquanto isso a proporção do nível de ocupação dos homens sobe de 81,5 (sem crianças de até 3 anos) para 86,8 (com crianças de até 3 anos).

brir quais eram os espaços mais almejados pelas cariocas. Para as crianças são os *playgrounds*, para os homens as quadras de esporte (principalmente de futebol), para os adultos e idosos os aparelhos de ginástica, mas qual é o lazer da mulher? Como pode ser utilizado o pouco tempo que resta a elas entre a exploração do trabalho remunerado e a exploração do trabalho doméstico de maneira recreativa no espaço público?

Dentro das minhas investigações sobre o assunto não pude encontrar uma resposta, por isso acredito que o posicionamento mais sensato para o planejamento urbano que utiliza a perspectiva de gênero é apurar, dentro do território de intervenção, como as mulheres utilizam o espaço público. Se pontualmente em uma região já exista uma atividade feminina de lazer público, então deve-se intervir de maneira a estimulá-la; se essa atividade não é encontrada no território, então precisa-se de um esforço de compreender com a participação das mulheres deste território qual seria a atividade para ser instalada ali.

Da mesma forma, a eficiência do sistema público de saúde é importante pelo fato do cuidado com o bem-estar familiar ser também responsabilidade da mulher na maioria das vezes: atendimento preciso e rápido nas emergências, o acesso à medicação e, principalmente, tratamentos preventivos podem tornar a vida dessas mulheres muito menos complicada.

O transporte público de qualidade e acessível garante à mulher a realizar suas atividades na cidade com mais rapidez, afinal, ela é geralmente a encarregada da família de levar e buscar os filhos na escola, de fazer as compras e de pagar as contas. Para mais, como já foi falado anteriormente, a mulher já gasta um bom tempo exercendo suas atividades impostas pela socialização feminina, a diminuição do tempo de trajeto entre a casa e o trabalho (principalmente em grandes cidades com trânsito intenso em que o deslocamento ocupa grande parte do dia a dia do trabalhador) pode afetar de maneira muito positiva na rotina da mulher.

Com os pontos discutidos anteriormente, percebe-se que uma cidade desenvolvida para melhorar a qualidade de vida das mulheres, está em completo acordo com o melhoramento da qualidade de vida da população em geral. Naturalmente existem outros grupos com outras especificidades dentro do espaço urbano (deficientes, idosos, crianças, população LGBTQ+, entre outros), mas não custa nada ao planejador urbano contemporâneo que se preocupe mais com as demandas da população do que as demandas mercadológicas deixar de lado a desconfiança nas possibilidades de um urbanismo feminista.

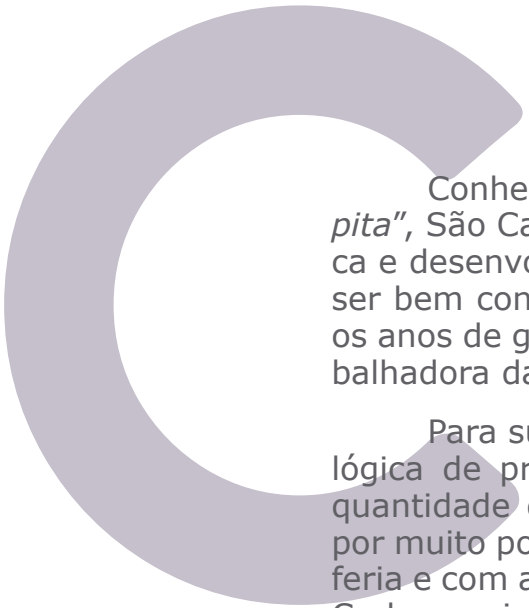
Mais do que nunca se faz importante trabalhos acadêmicos sobre a questão de gênero em uma perspectiva marxista, pois é uma maneira de resistir e produzir/acumular conhecimento para que seja utilizado em espaços de debate e nas próprias lutas por direito à cidade. Ademais, é uma temática crescente em diversos campos do conhecimento e que não poderia ser ignorada pela área da Arquitetura e Urbanismo.

Como Tavares (2017) conclui, a qualidade do espaço urbano é influenciada pelas possibilidades materiais do planejamento, mas também pelos processos participativos e pela compreensão dessas espacialidades por meio da perspectiva de gênero. O papel dado a quem se interessa à agenda da criação da autonomia e do protagonismo das mulheres na transformação do espaço urbano é criar condições materiais para que isso ocorra e romper com a hegemonia do urbanismo androcêntrico.

A luta das mulheres por direito à cidade envolve moradia digna, identificação com seu habitat, acesso à infraestrutura, acesso à cultura, saúde e educação, possibilidade de ocupação e resistência, participação nas decisões e possibilidade de atuação como agentes transformadores do espaço. Mas esta luta é concomitante com a luta pelo fim da exploração doméstica, pela autonomia das mulheres e pelo fim do sistema capitalista. Afinal, como diz Harvey (2012), o direito à cidade é um significante vazio e tudo depende de quem está lhe dando significado.

cdhu e são carlos:

leituras do território

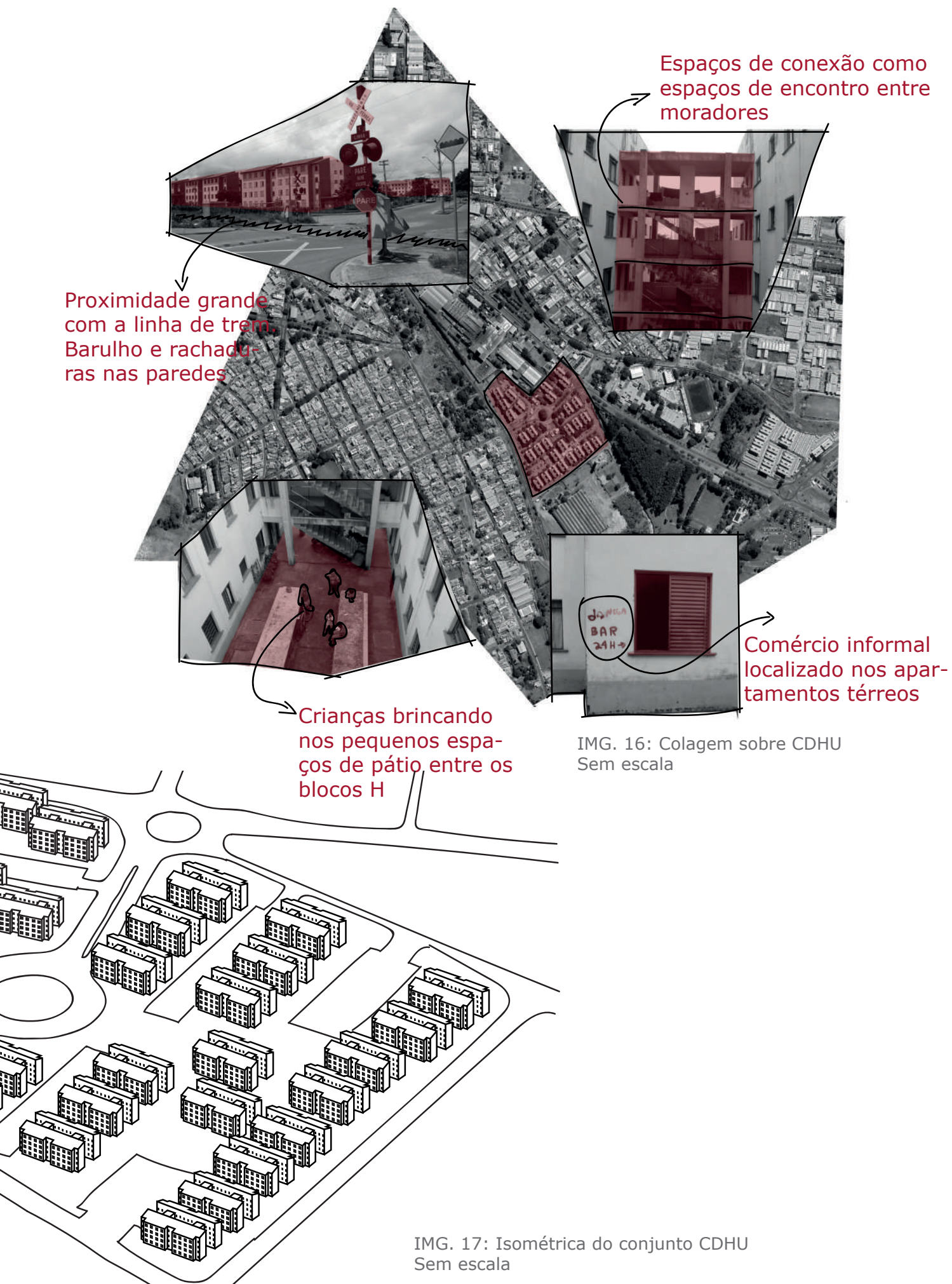


Conhecida como “a cidade com mais doutores *per capita*”, São Carlos exporta uma imagem de cidade tecnológica e desenvolvida. A vida universitária em São Carlos pode ser bem confortável e pode-se facilmente viver durante os anos de graduação sem saber da realidade da classe trabalhadora da cidade.

Para sustentar esse status de cidade do futuro, numa lógica de produção capitalista, é preciso de uma grande quantidade de pessoas vendendo suas forças de trabalho por muito pouco e vivendo de maneira precarizada, na periferia e com acesso à cidade bem dificultado. No caso de São Carlos, maioria dessa população está localizada na zona sul.

Pode-se citar vários bairros na cidade que possuem população de baixa renda, infraestrutura escassa e altos índices de violência. Dentre eles, se destaca o bairro do CDHU: construído no início dos anos 2000 em uma área historicamente reconhecida pela presença de filhos e netos de ex escravos, também é uma área com muita atividade industrial e conhecida municipalmente por ser cenário de diversas notícias na sessão policial dos jornais.





Homem é flagrado carregando objetos de origem suspeita próximo ...

<https://www.saocarlosagora.com.br/policial/...cdhu/115083/>



há 18 horas ... Um homem de 43 anos foi detido em posse de objetos de origem suspeita nesta manhã de domingo (16), na região do CDHU. Os guardas ...

Adolescente é brutalmente assassinada no **CDHU** - São Carlos Agora

<https://www.saocarlosagora.com.br/videos/...e...no-cdhu/143/>



Your browser does not currently recognize any of the video formats available. Click here to visit our frequently asked questions about HTML5 video.

Jovem é encontrada morta em apartamento no **CDHU** - São Carlos ...

<https://www.saocarlosagora.com.br/policial/...e...cdhu/109892/>



6 Jan 2019 ... Uma jovem de 23 anos foi encontrada morta na tarde deste domingo (6) em um apartamento no bloco 3 do condomínio 1, no CDHU da Vila ...

Polícia Civil e Militar fazem operação no **CDHU** - São Carlos Agora

<https://www.saocarlosagora.com.br/policial/...e...cdhu/107771/>



29 Out 2018 ... Uma operação conjunta entre as policiais militares e civil foi realizada na manhã desta segunda-feira (29), no CDHU da Vila Isabel. Logo cedo ...

Jovem é degolada em apartamento no **CDHU** - São Carlos Agora

<https://www.saocarlosagora.com.br/policial/jovem...cdhu/14258/>



7 Jan 2011 ... A adolescente Daiane Maria Camargo Teodoro Reis, de 17 anos, foi brutalmente assassinada na tarde desta sexta-feira (7) dentro do ...

Jovem comete suicídio no **CDHU** - São Carlos Agora

<https://www.saocarlosagora.com.br/policial/jovem...no-cdhu/103/>



12 Feb 2007 ... Moradores observam o local da tragédia Uma jovem pulou de uma altura de 9 metros de um dos prédios do CDHU. Ela chegou a ser socorrida ...

A fama de lugar perigoso, de espaço de tráfico e de prostituição constitui a imagem do CDHU na cidade. São 960 famílias morando num conjunto e sendo estigmatizadas por uma situação causada pela própria falta de presença do Estado. Com pouco acesso à lazer e cultura, com a educação precarizada e a falta de perspectiva de um futuro melhor, os jovens do CDHU crescem se alinhando ao poder alternativo que preenche o vácuo deixado pelo governo.

Periodicamente este território está presente nas manchetes de jornais que criam uma narrativa heróica da ação da polícia contra esse poder alternativo.

É comum ouvir dos cidadãos médios brasileiros justificativas para as ações policiais violentas, já que o mecanismo de repressão é desde muito tempo tido como solução de problemas sociais estruturais da nossa sociedade. Mas pouco se divulga sobre a realidade de se conviver diariamente com tal violência.

No processo de levantar informações para este trabalho, foram feitas visitas ao CDHU para ter contato com os moradores e para compreender melhor o espaço do conjunto habitacional.

Por mais que as perguntas fossem sobre a arquitetura, sobre a habitação e o acesso à cidade, todas as respostas acabavam por evidenciar a violência policial presente na rotina daquela população e o abandono da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU) desde a entrega das unidades habitacionais (2003).

Para as moradoras do CDHU a discussão sobre a qualidade arquitetônica de suas habitações era extremamente distante de seus problemas diários. A partir disso evidenciou-se a importância de não pensar o CDHU como uma ilha isolada do resto, mas sim como garantir que essas mulheres e que todos os outros moradores possuam minimamente um acesso à cidade e, mais do que isso, o acesso a decisão.

A partir disso, qual é o papel do profissional da arquitetura nessa realidade? Até que ponto o papel e a lapiseira têm o poder de mudar essas relações?

Como foi falado antes, a repressão, a falta de acesso à educação e à cultura, a falta de oportunidade para os jovens de baixa renda e outros problemas são questões estruturais.

Portanto, aqui se assume a postura de criar condições materiais para facilitar a vida das mulheres através do desenho do espaço, diminuindo e dividindo as obrigações, facilitando suas atividades na casa e na cidade, para que o peso das obrigações femininas seja menor ao ponto de que todas tenham tempo e mais disposição para disputar os espaços de decisão, para estudar sobre a emancipação feminina e para se organizarem.

“O povo acha que aqui o problema é com o tráfico, mas quem é violento e desrespeita a mulher é a polícia.”

“A polícia vem aqui todo dia xingar ‘as mulher trabalhadora’ de vagabunda e depois bate nos nossos filhos.”

“Mês passado eles bateram numa menina grávida, a gente avisou que ela tava grávida e eles continuaram batendo.”

“Vira e mexe as mulheres tem que descer dos apartamentos pra defender os meninos da violência da PM.”

“Apontaram uma arma pro meu filho, com a minha neta no colo.”

“Aqui eles não precisam de mandato pra entrar na sua casa, eles arrombam e colocam a arma na sua cabeça.”

“Cheguei aqui em 2003 e até que era bonitinho, mas ‘o CDHU’ abandonou a gente e nunca mais voltou pra ver como que tava.”

“Tem dias que a entrada do meu prédio cheira a bosta por causa dos canos entupidos.”

“Toda vez que a polícia vem de noite, eles quebram as luzes lá de fora com estilingue.”

“Esses dias atrás [a PM] fez um senhor tirar as roupas na frente de todo mundo.”

“Se eu tivesse escolha, não ‘taria’ morando aqui. Mas vivo com um salário mínimo pro mês inteiro.”

“O trem passando aqui do lado é um problema! As paredes ficaram todas rachadas. Mas o barulho a gente até acostumou”

“Tudo acontece aqui no bloco 6. A gente sempre sai no noticiário do ‘São Carlos Agora’.”



IMG. 19: Operação policial no CDHU para prender traficantes de droga.
Fonte: <https://s02.video.glbimg.com/x720/7122025.jpg>
Acesso em 15 de nov de 2019

IMG. 20: Foto do Conjunto Habitacional CDHU





IMG. 21: Térreo de um dos blocos do CDHU.

IMG. 22: Enchente na rotatória central do CDHU.

Fonte: https://www.saocarlosdiaenoite.com.br/media/k2/items/cache/3370846288f1f9d391d58630f716cabe_XL.jpg

Acesso em 15 de nov de 2019



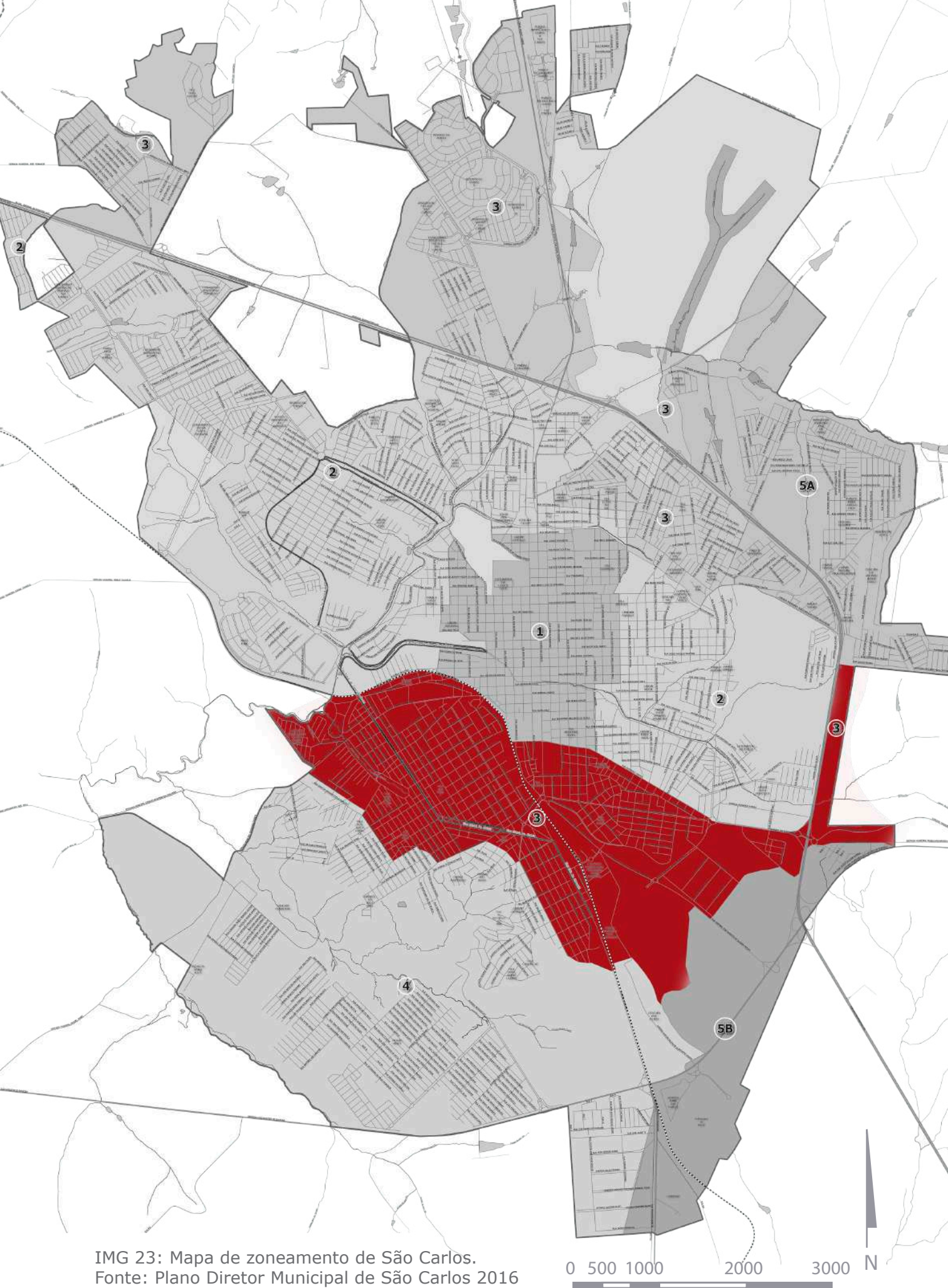
Seguindo esta postura, inicia-se a partir daqui a leitura da cidade como um todo e como o CDHU está inserido:

Definido pelo Plano Diretor Municipal de São Carlos de 2016, o zoneamento prevê para a região do CDHU uma ocupação condicionada. Nete sentido o plano identifica uma malha viária fragmentada e com carência de infraestrutura e drenagem em alguns locais. As diretrizes para esta região são as seguintes:

- condicionar a ocupação de acordo com a infraestrutura
- adequar e qualificar o sistema de drenagem existente
- promover a melhoria na mobilidade urbana e qualificar a oferta de transporte público
- adequar as transposições da ferrovia e da rodovia Washington Luiz
- consolidar a centralidade dos bairros existentes na região, manter as áreas verdes significativas
- garantir a diversidade de usos e a compatibilização dos mesmos com o uso residencial
- coeficiente de ocupação de 70%
- coeficiente de permeabilidade de 15%
- coeficiente de aproveitamento de 1,4
- lote mínimo de 200 m² e 160 m² para HIS
- testada mínima de 10 m e 8 m para HIS.

O próprio Plano Diretor coloca a região do CDHU como um espaço com problemas de microdrenagem devido os frequentes alagamentos que acontecem por ali nas épocas de chuva. O conjunto também é destacado como “Área Especial de Interesse tipo I” que possui pouca assistência de equipamentos públicos.

Já em seu entorno existe uma área reservada ao interesse industrial, que prevê a consolidação de atividades já existentes e o desenvolvimento de programas de fomento às cadeias produtivas industriais. Também em seu entorno delimita-se a “Área Especial de Interesse tipo III”, um espaço de domínio público vazio capaz de receber empreendimentos de HIS.



IMG 23: Mapa de zoneamento de São Carlos.
Fonte: Plano Diretor Municipal de São Carlos 2016

A projeção dos espaços construídos ao redor do CDHU demonstra uma grande quantidade de atividades em galpões à direita, além de um bairro residencial denso e consolidado á esquerda. Além disso, a área possui uma massa de vegetação presente. As vias demonstram que nesta área há uma junção de diferentes malhas viárias, criando um deslocamento tortuoso e confuso em alguns lugares.



IMG. 24: Mapa de cheios e vazios da região do CDHU

0 100 200 300 400 500

N





Nestle mapa que considera a renda do responsável por domicílio, percebe-se que o CDHU é uma ilha de baixa renda (0 a 2 salários mínimos) se comparado com os bairros ao redor. Percebe-se também como na zona sul da cidade se estabelece no geral uma ocupação de vários bairros de baixa renda.

0 500 1000 2000 3000



IMG. 25: Mapa de renda do responsável em São Carlos.
Fonte: IBGE 2010.

O bairro do CDHU é um dos mais densos da região, ou seja, existe um grande número de população de baixa renda ocupando este território.

0 500 1000 2000 3000

IMG. 26: Mapa de densidade de domicílios em São Carlos.
Fonte: IBGE 2010.



pa sem título

Escolha uma descrição para seu mapa.

Mapa sem título

Escolha uma descrição para seu mapa.

Mapa sem título

Escolha uma descrição para seu mapa.

Os pontos em círculo representam os lugares com maior índice de mulheres como responsáveis por domicílio. Mais uma vez o CDHU se destaca.

0 500 1000 2000 3000

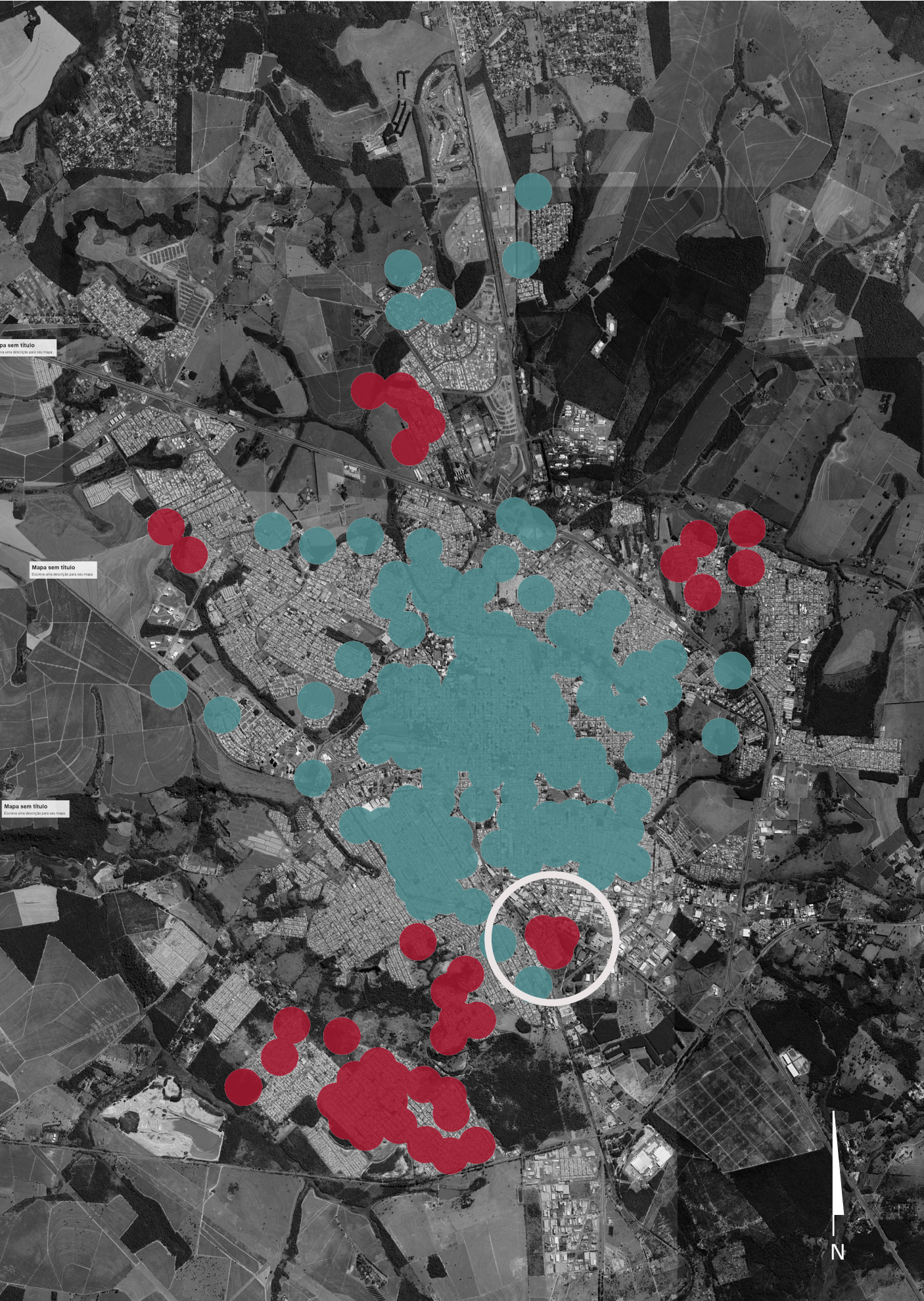
IMG. 27: Maioria de responsáveis por domicílios mulheres.
Fonte: IBGE 2010

Os círculos em verde são os lugares em que não há ou há em número mínimo pessoas que se autodeclaram como pretos ou pardos. Os círculos em vermelho representam os lugares que existe um grande número de autodeclarados pretos ou pardos.

Fazendo um paralelo com os mapas anteriores, o CDHU é um espaço do território de São Carlos que coincide por ter a maior quantidade de mulheres responsáveis por domicílio, também é o espaço cujos responsáveis por domicílio recebem o menor salário, com grande densidade de habitação e com maior quantidade de autodeclarados pretos ou pardos.

0 500 1000 2000 3000

IMG. 28: Onde estão os negros de São Carlos.
Fonte: IBGE 2010.



pa sem título

Este mapa não funciona para seu navegador

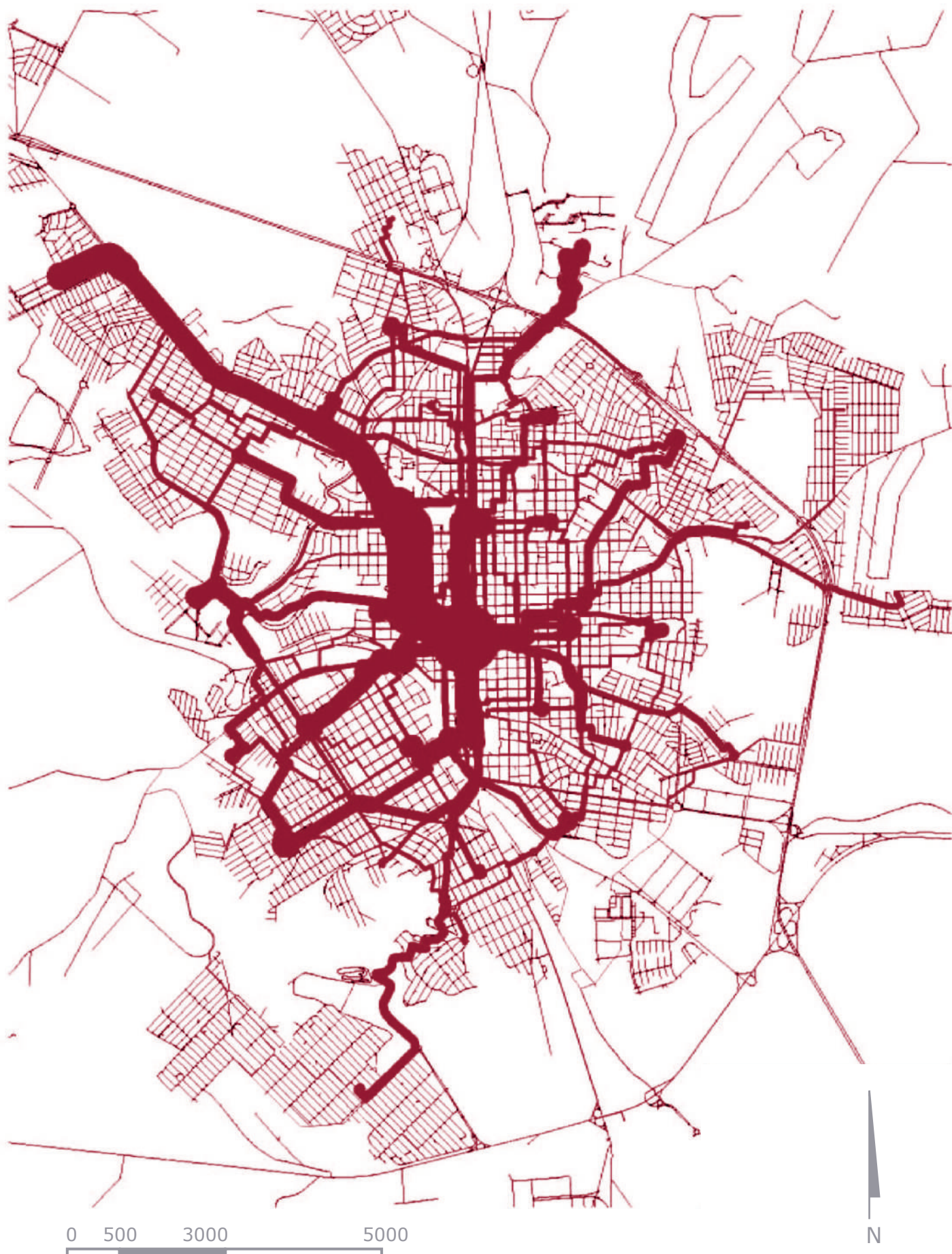
Mapa sem título

Este mapa não funciona para seu navegador

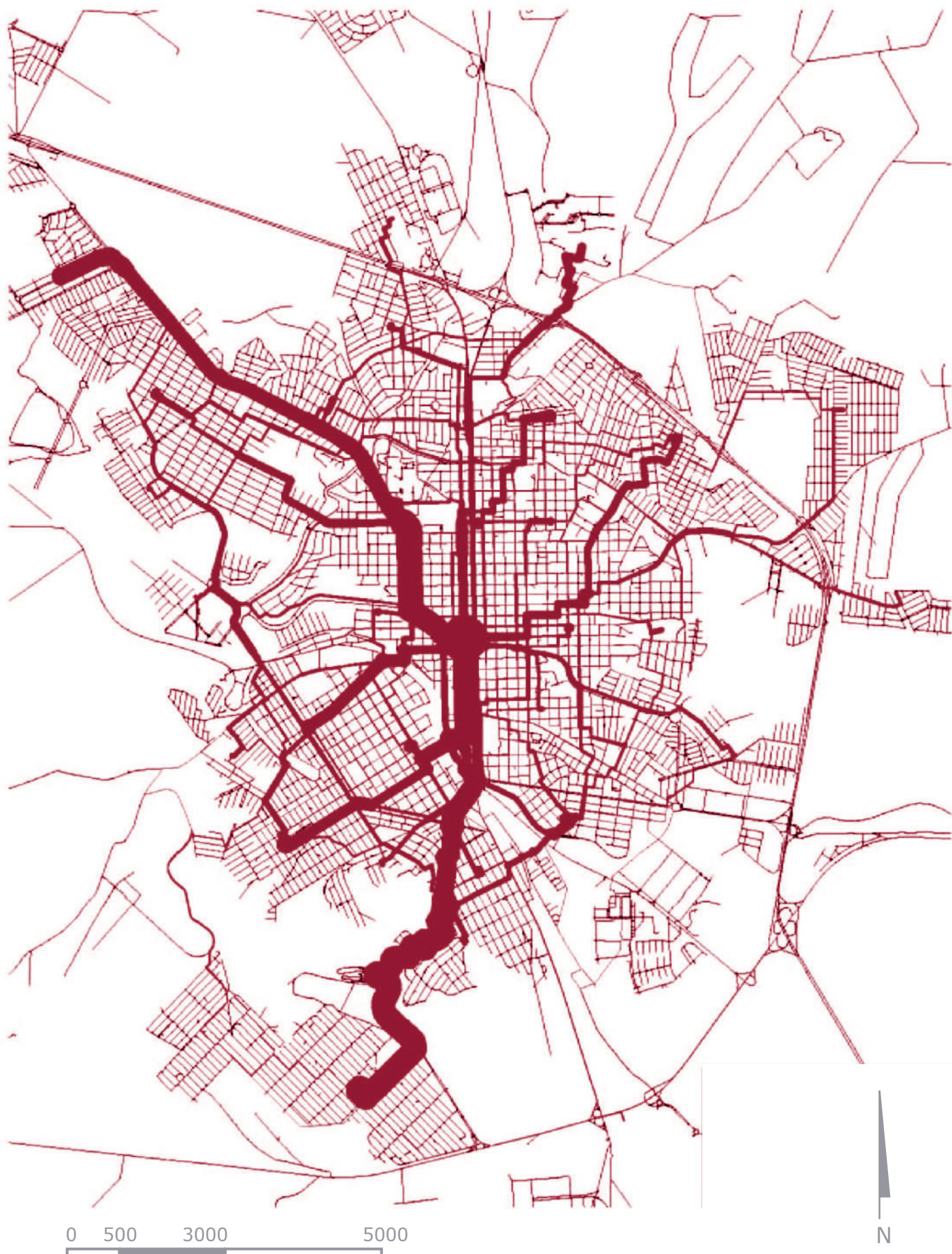
Mapa sem título

Este mapa não funciona para seu navegador

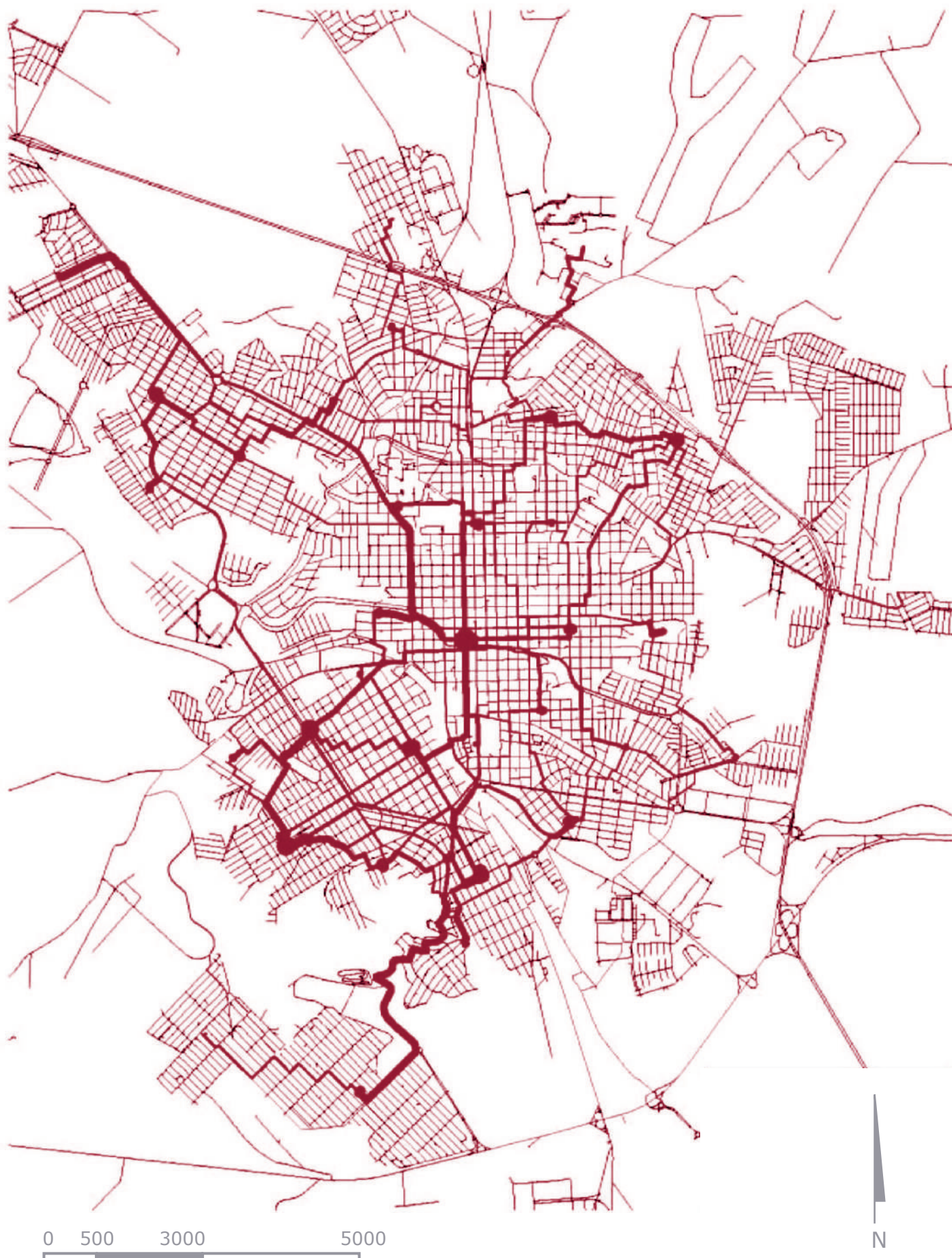
N



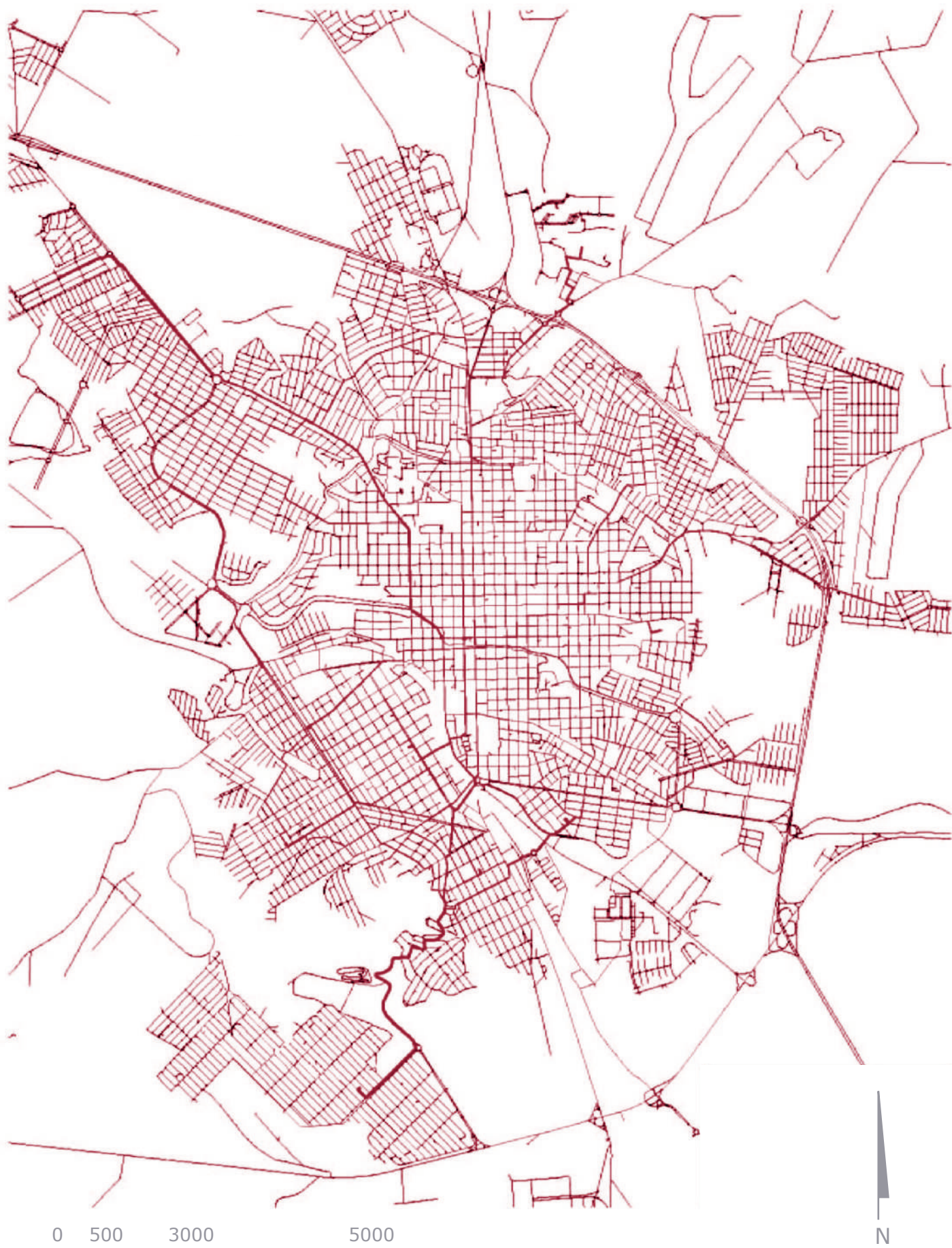
IMG. 29: Alocação de viagens (método tudo ou nada) realizadas de automóvel durante todo o dia.
Fonte: SILVA, A. Nelson (Coord.). Padrões de Deslocamentos na cidade de São Carlos - SP em 2007/2008 (Pesquisa Origem-Destino). São Carlos, SP, 2010.



IMG. 30: Alocação de viagens (método tudo ou nada) realizadas de ônibus durante todo o dia.
Fonte: SILVA, A. Nelson (Coord.). Padrões de Deslocamentos na cidade de São Carlos - SP em 2007/2008 (Pesquisa Origem-Destino). São Carlos, SP, 2010.



IMG. 31: Alocação de viagens (método tudo ou nada) realizadas a pé durante todo o dia.
Fonte: SILVA, A. Nelson (Coord.). Padrões de Deslocamentos na cidade de São Carlos - SP em 2007/2008 (Pesquisa Origem-Destino). São Carlos, SP, 2010.

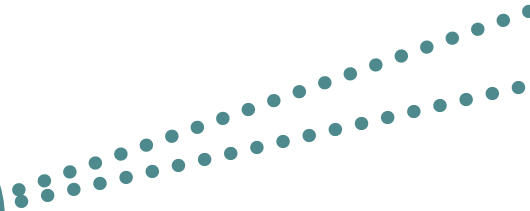
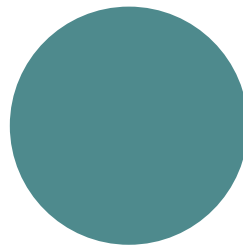


IMG. 27: Alocação de viagens (método tudo ou nada) realizadas de bicicleta durante todo o dia.
Fonte: SILVA, A. Nelson (Coord.). Padrões de Deslocamentos na cidade de São Carlos - SP em 2007/2008 (Pesquisa Origem-Destino). São Carlos, SP, 2010.

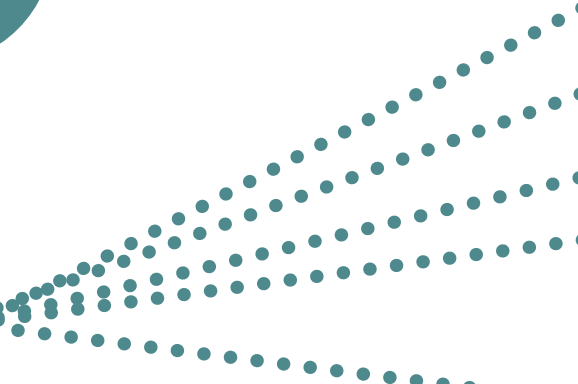
diretrizes projetuais e processos

Por causa de todas as leituras feitas anteriormente e por causa das inquietações expostas logo no começo deste caderno, a intenção foi de propor intervenções em diversas escalas, desde a cidade até a moradia. Contudo, o principal objeto de intervenção foi a habitação.

cidade




recorte



habitação



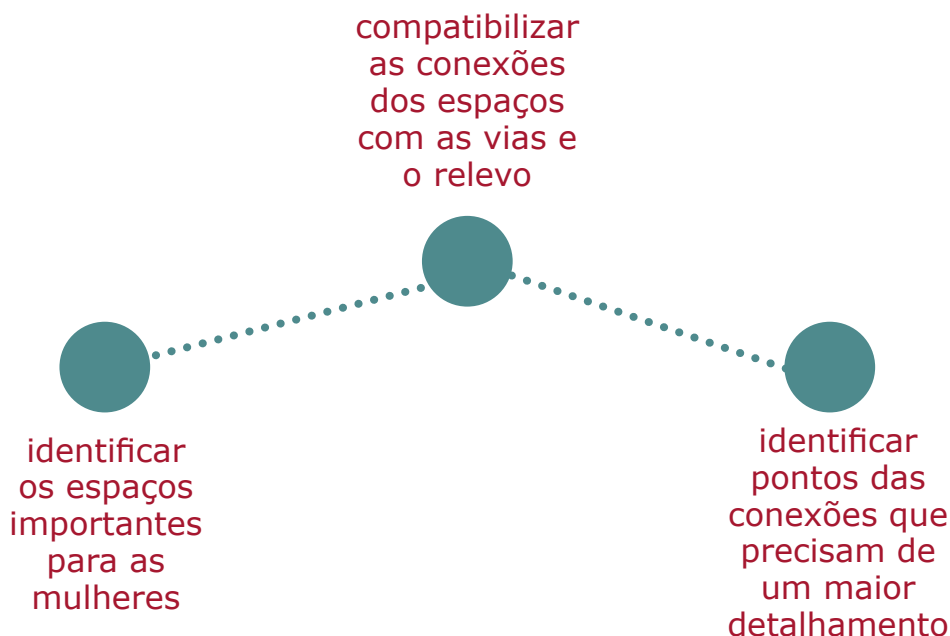
- 
- 1.melhorar articulação das vias
 - 2.qualificar os passeios da região do CDHU
 - 3.qualificar os espaços residuais do CDHU
 - 4.resolver microdrenagem pluvial
 - 5.transformação dos térreos dos prédios
 - 6.qualificar a habitação existente
 - 7.proposta de novo modelo de habitação

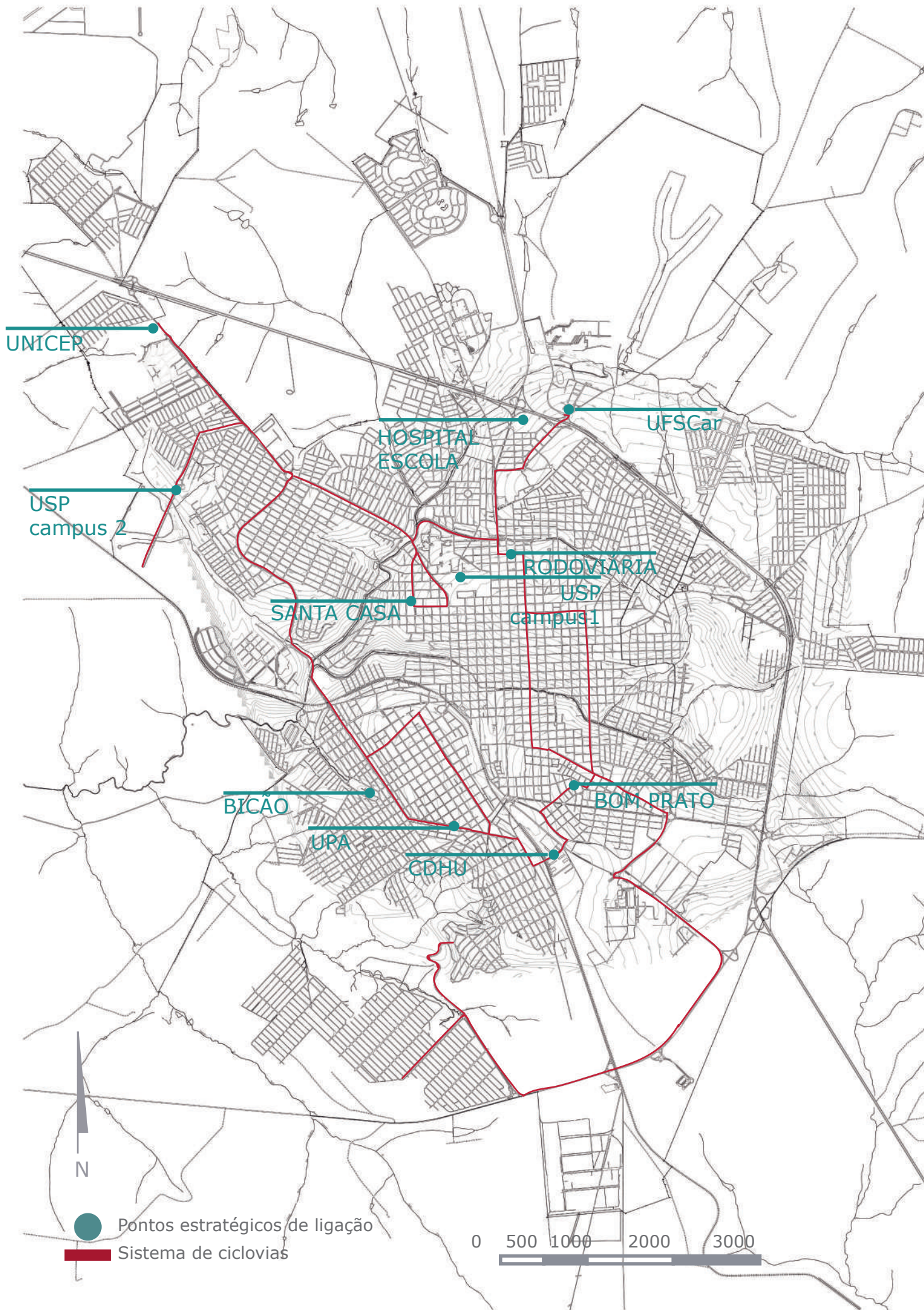
mobilidade urbana

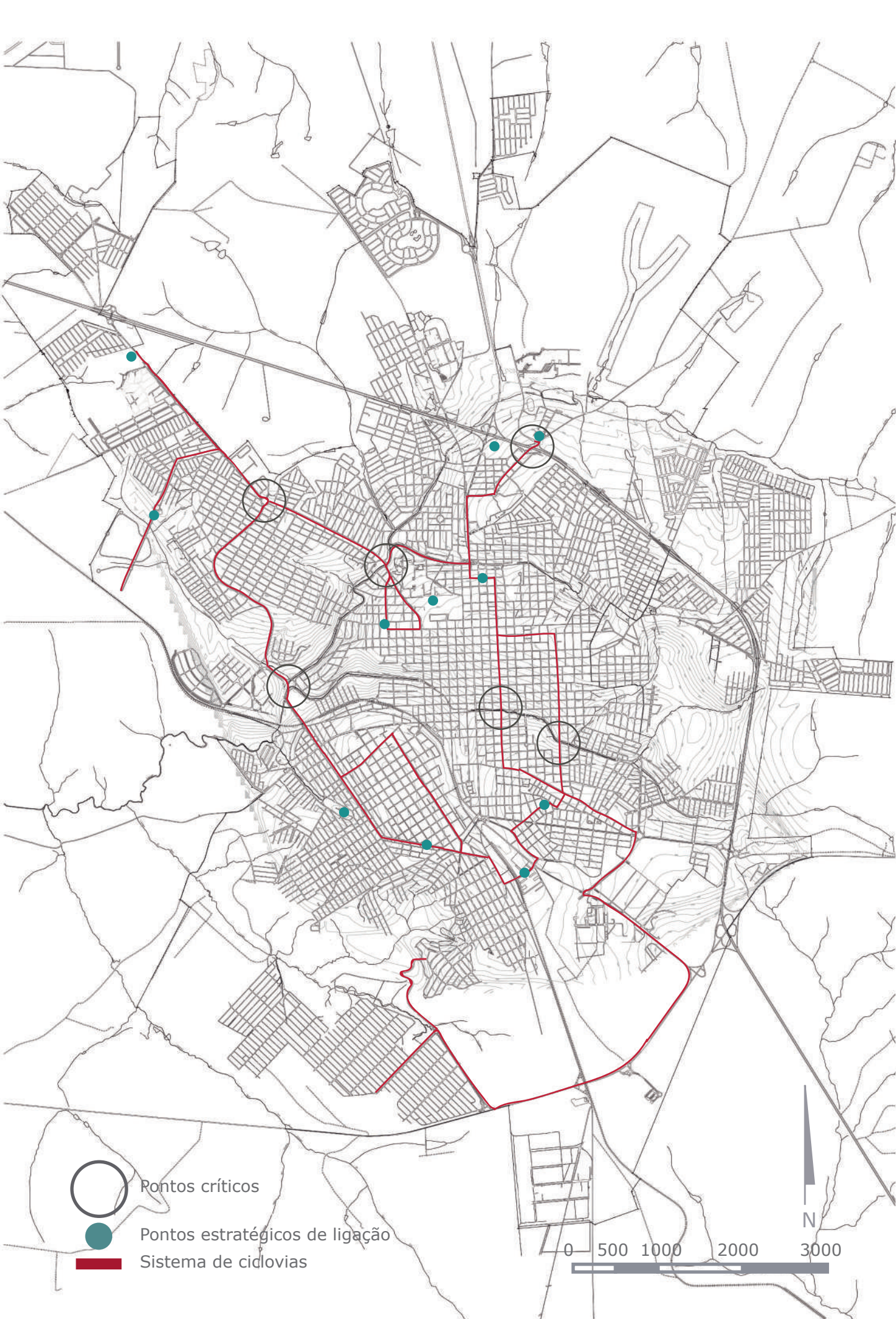
O processo de projeto se iniciou na cidade por meio de uma proposta de mobilidade urbana através de um transporte alternativo acessível: a bicicleta. Tal meio foi escolhido por ser o mais barato e acessível.

Identificar os sistemas da cidade (equipamentos urbanos, mobilidade urbana, espaços livres, etc) foi essencial para propor um sistema de ciclovias que ligue lugares da cidade de importância para as mulheres.

A compatibilização do estudo de origem e destino coordenado por Nelson A. Silva, junto com um estudo do relevo da cidade e dos tipos de vias de São Carlos possibilitou a ligação desses lugares de maneira a facilitar a qualidade do deslocamento através da bicicleta. O passo seguinte, foi identificar nessas conexões, os pontos que precisariam de maior atenção projetual e também onde poderiam receber equipamentos adicionais às ciclovias.







Para garantir a segurança dos ciclistas e também incentivar o uso das ciclovias, alguns equipamentos anexos aos caminhos são essenciais.

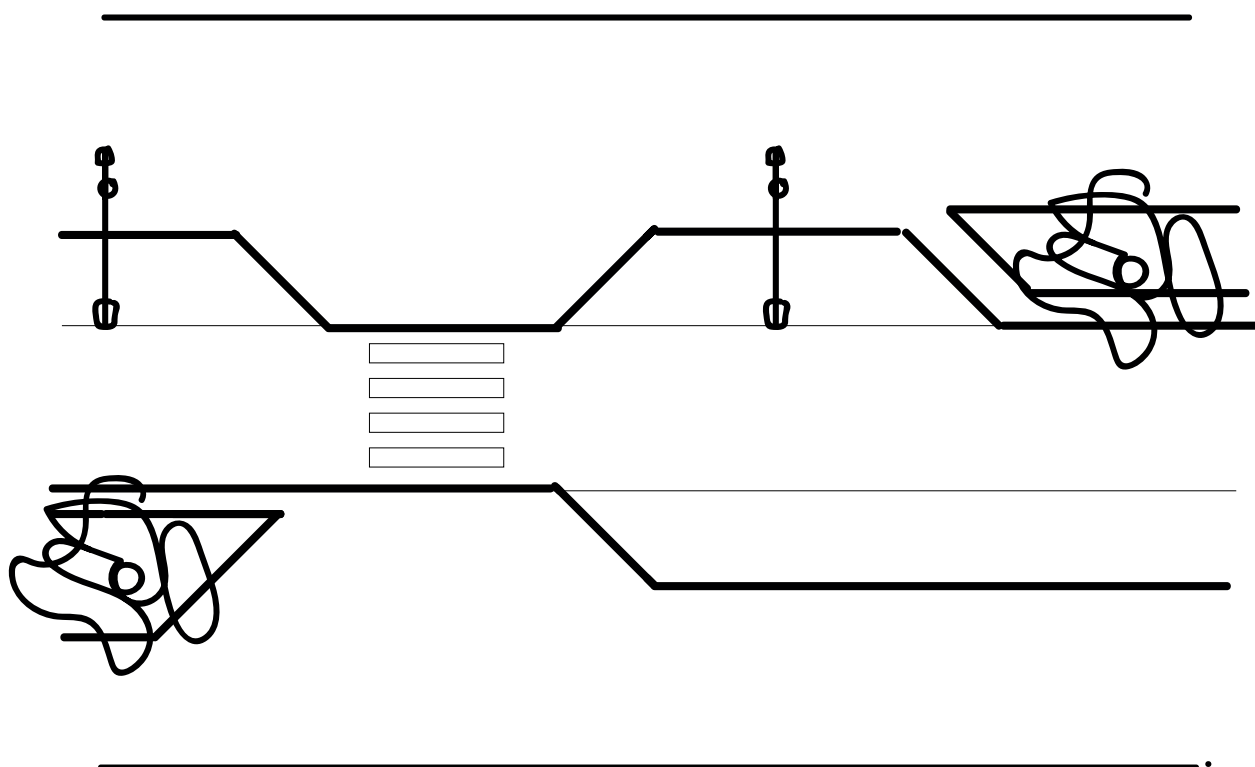
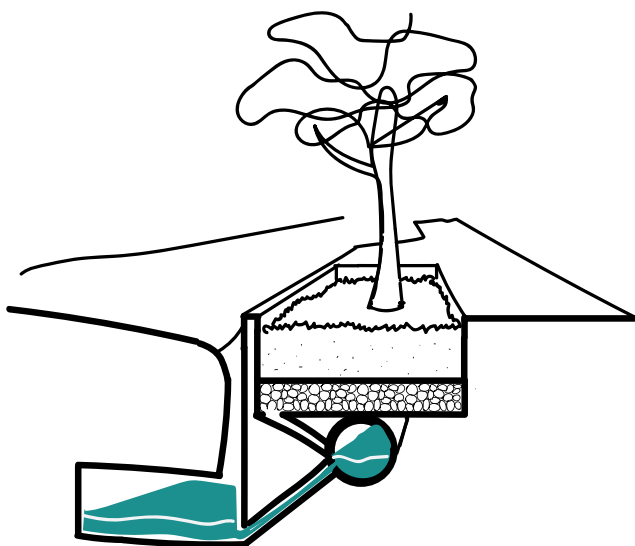
As sinalizações horizontais e verticais precisam estar presentes em todos os momentos, mas principalmente em lugares de muito fluxo de carros, como assinalado com círculos cinzas no mapa ao lado.

Mas também é importante prever estes outros equipamentos:

- ponto de apoio
(vestiário, lanchonete, primeiros socorros, bicicletário, manutenção)
- bibicletário e paraciclo
- espaços de descanso

qualificar os passeios ao redor do cdhu

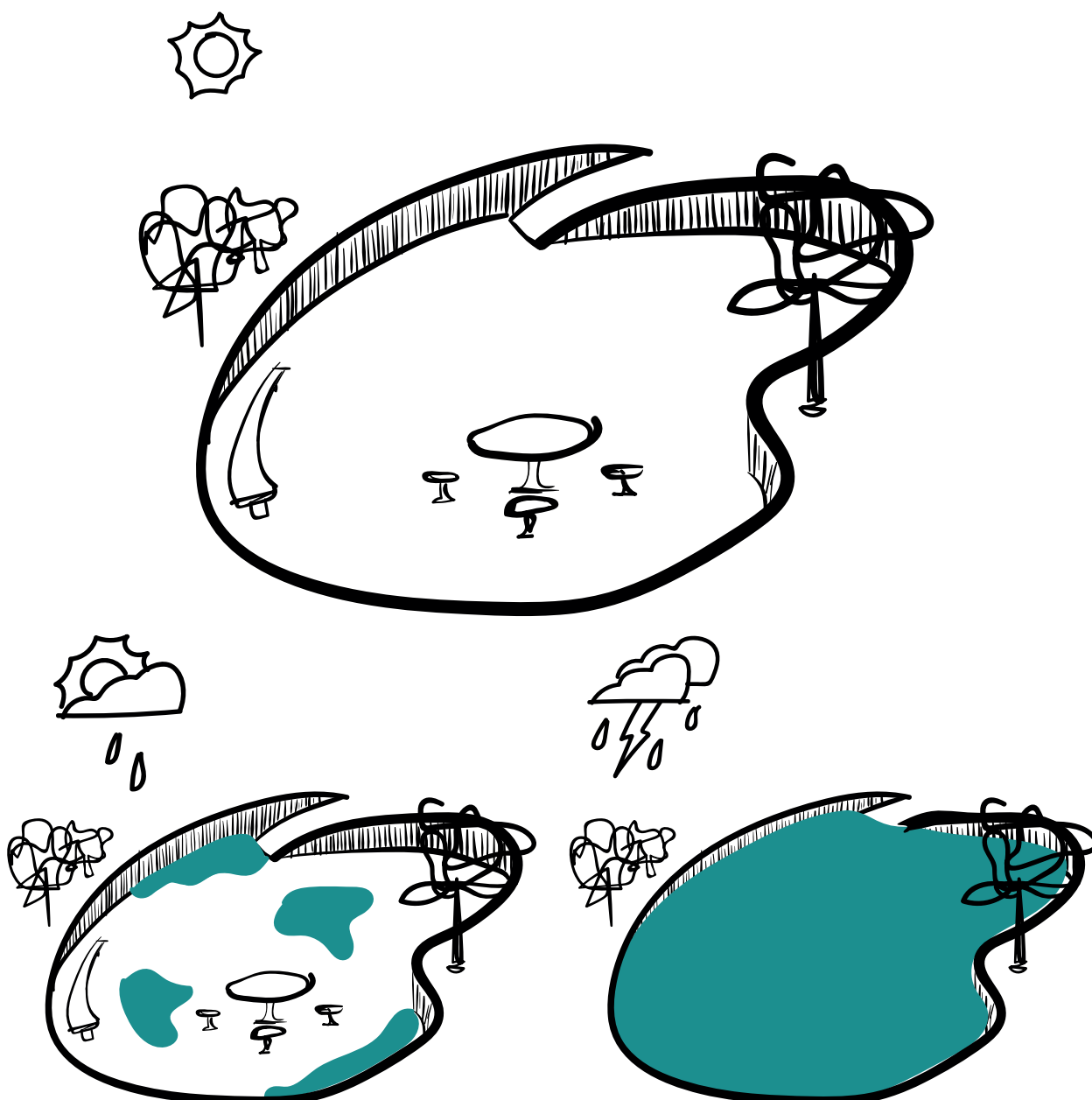
Seguindo adiante, a qualificação dos passeios das principais vias no entorno do CDHU é proposta para melhorar o acesso a pé aliando um desenho de iluminação pública, faixa de pedestre, via, ciclovia, arborização e de microdrenagem.



resolver microdrenagem pluvial

Como colocado no próprio Plano Diretor, a região possui problema de microdrenagem. Para isso, propõe-se aqui espaços sazonais de contenção das águas de chuva, ou seja, em momentos que não chove, esses espaços **salpicados** na região do CDHU recebem diversos programas de lazer e estar que qualificam o espaço livre. Quando chove, esses lugares, ligados à um sistema de captação pluvial, retêm um certo volume de água da chuva para impedir que outros lugares alaguem e para diminuir a velocidade de chegada da água nos vales, permitindo a permeação da água no solo.

Os programas propostos nestes espaços podem ser relacionados ao esporte, lazer, estar, espaços de brincar, pista de skate, palco com arquibancada e etc.



qualificar os espaços residuais do cdhu

Nas visitas ao CDHU, notou-se uma gradação de qualificação dos espaços entre os blocos H. Quanto mais perto da linha do trem e quando mais no centro do conjunto, menor é a manutenção e qualificação dos espaços. Nesse sentido, a proposta foi de criar caminhos e ligações neste território que incentive percursos diferentes e a apropriação do espaço.

Os estacionamentos ocupam grande espaço do conjunto, porém não atendem nem à 50% dos moradores. Mas no sentido de incentivar os transportes coletivos e alternativos, a ideia é não aumentar o número de vagas, mas sim qualificar estes ambientes.

Nesta mesma escala, pretende-se pensar nas vias como uma maneira de acessar esta região de maneira mais fácil e integrá-la ao resto da cidade. A linha de trem cortando este território é um separador físico muito forte, sendo assim, a criação de uma conexão mais bem desenhada entre os bairros pode gerar uma maior integração.



possíveis conexões



espaços sem manutenção



transformação dos térreos dos prédios

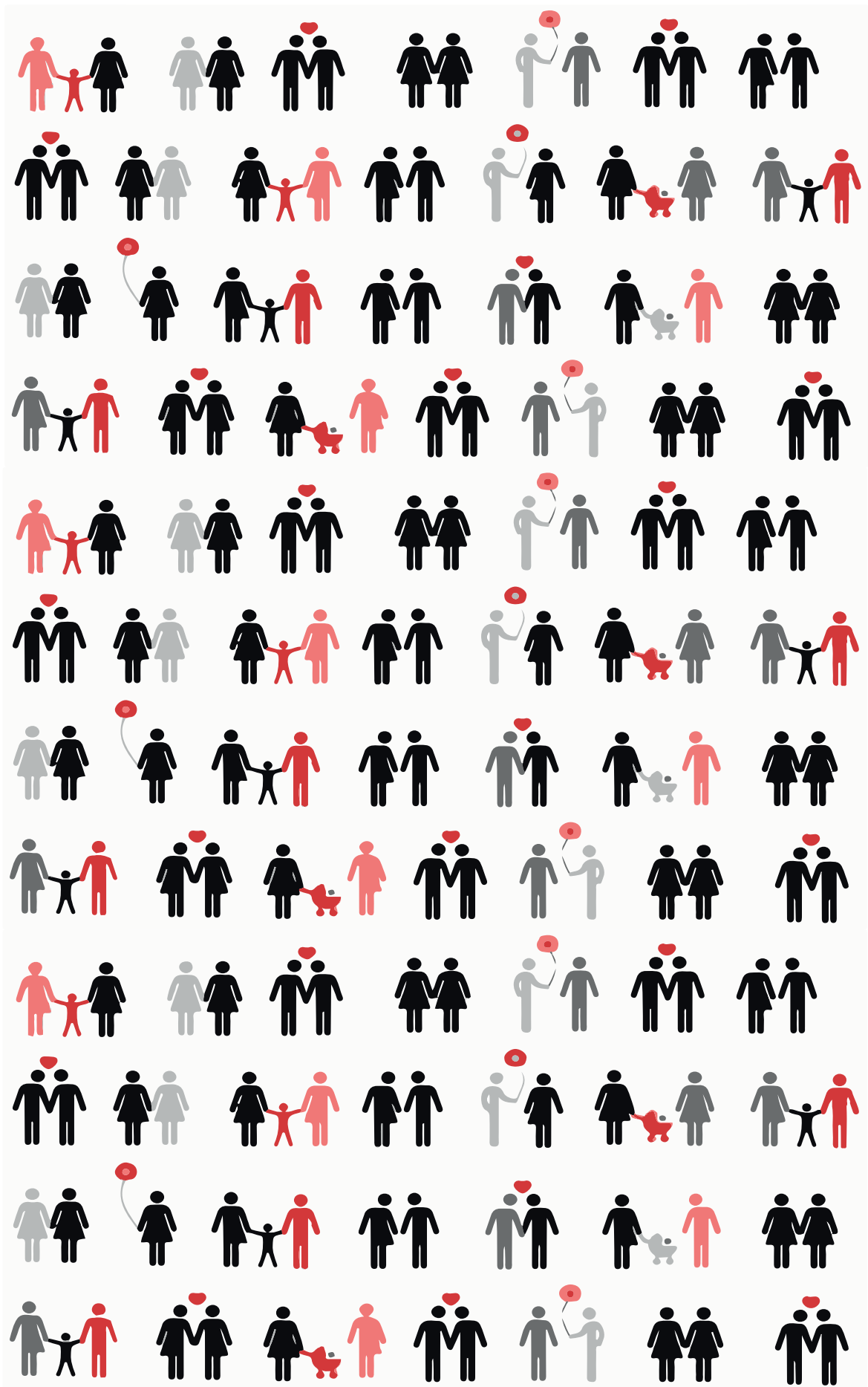
A implantação original do conjunto habitacional foi pouco generosa com os moradores. Com pátios estrangulados pelas caixas de escada e sem qualquer qualificação dos espaços livres. O processo de repensar os térreos na proposta é de garantir bons espaços em comum para a comunidade, bons espaços para brincar e se reunir.

qualificar a habitação existente

As unidades já existentes no conjunto habitacional possuem apenas 38,69 m². Como Folz (2008) apresenta em sua tese, na maioria dos casos o apartamento não atende às necessidades dos moradores. Não há espaço para uma mesa de jantar, a área de serviço e a cozinha são extremamente pequenas (o que dificulta as tarefas domésticas), há pouca liberdade de se trabalhar o layout e não é previsto nenhum espaço de qualidade para estudo.

A proposta de projeto se dá em repensar o modelo de habitação de interesse social que vem sendo replicado no Brasil inteiro. A ideia é pensar em tipologias que abriguem diferentes tipos de núcleo familiar através da amplificação das moradias existentes com uma “arquitetura parasita”.





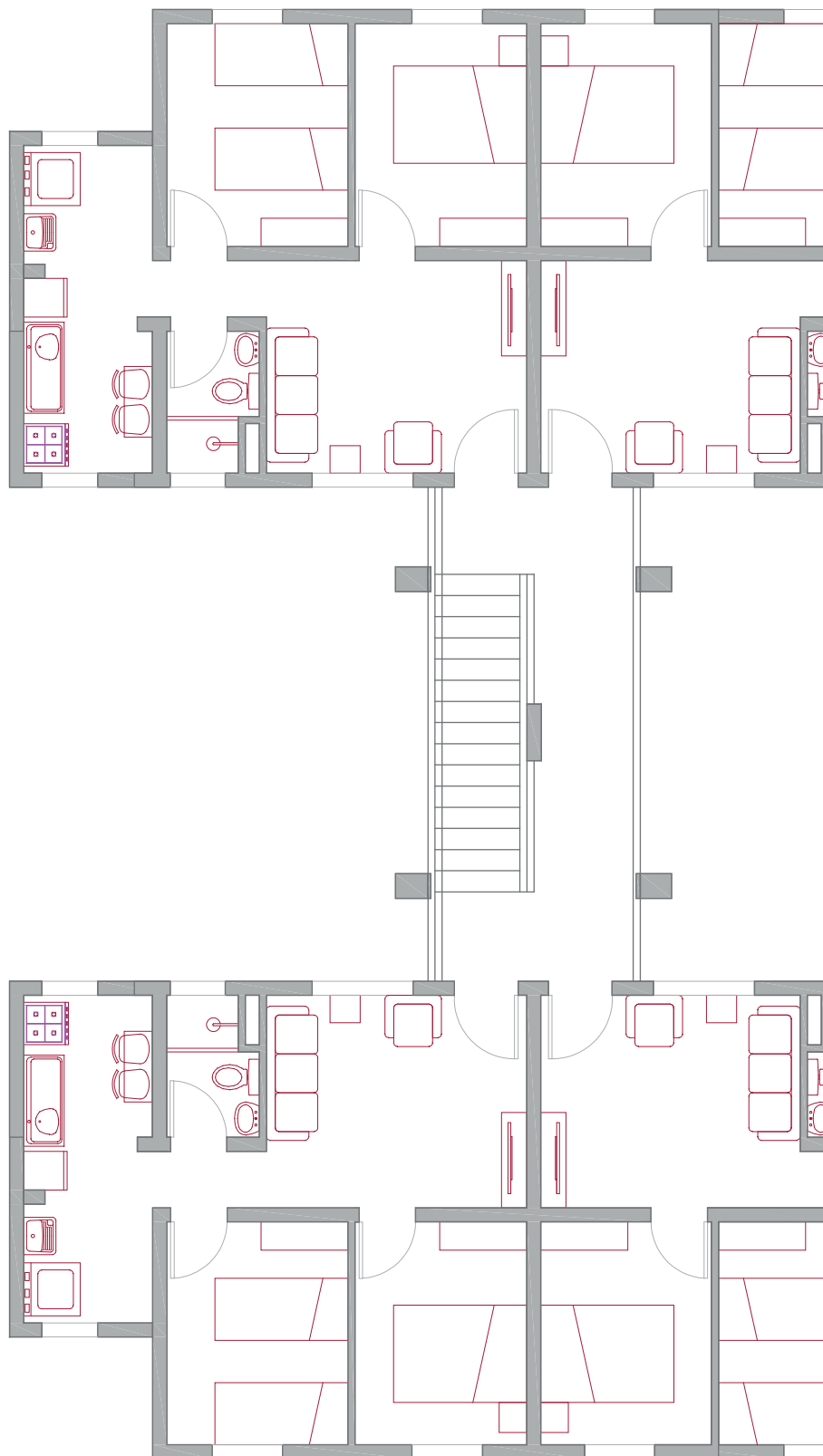
Desenvolver este projeto foi um processo complexo. Afinal, como resolver todos os problemas deste território criado e aprovado pelo próprio poder público?

Os conjuntos de habitação de interesse social são em sua maioria programas econômicos travestidos de programas sociais, permitem o acesso a um abrigo, mas um abrigo de qualidade baixa, sem possibilidade de manutenção, na periferia da cidade, com pouco acesso às regiões centrais. Os problemas das cidades são problemas gerados pela própria precariedade institucionalizada com o apoio do mercado imobiliário e de grandes construtoras, agentes viabilizadores da acumulação de capital no setor urbano.

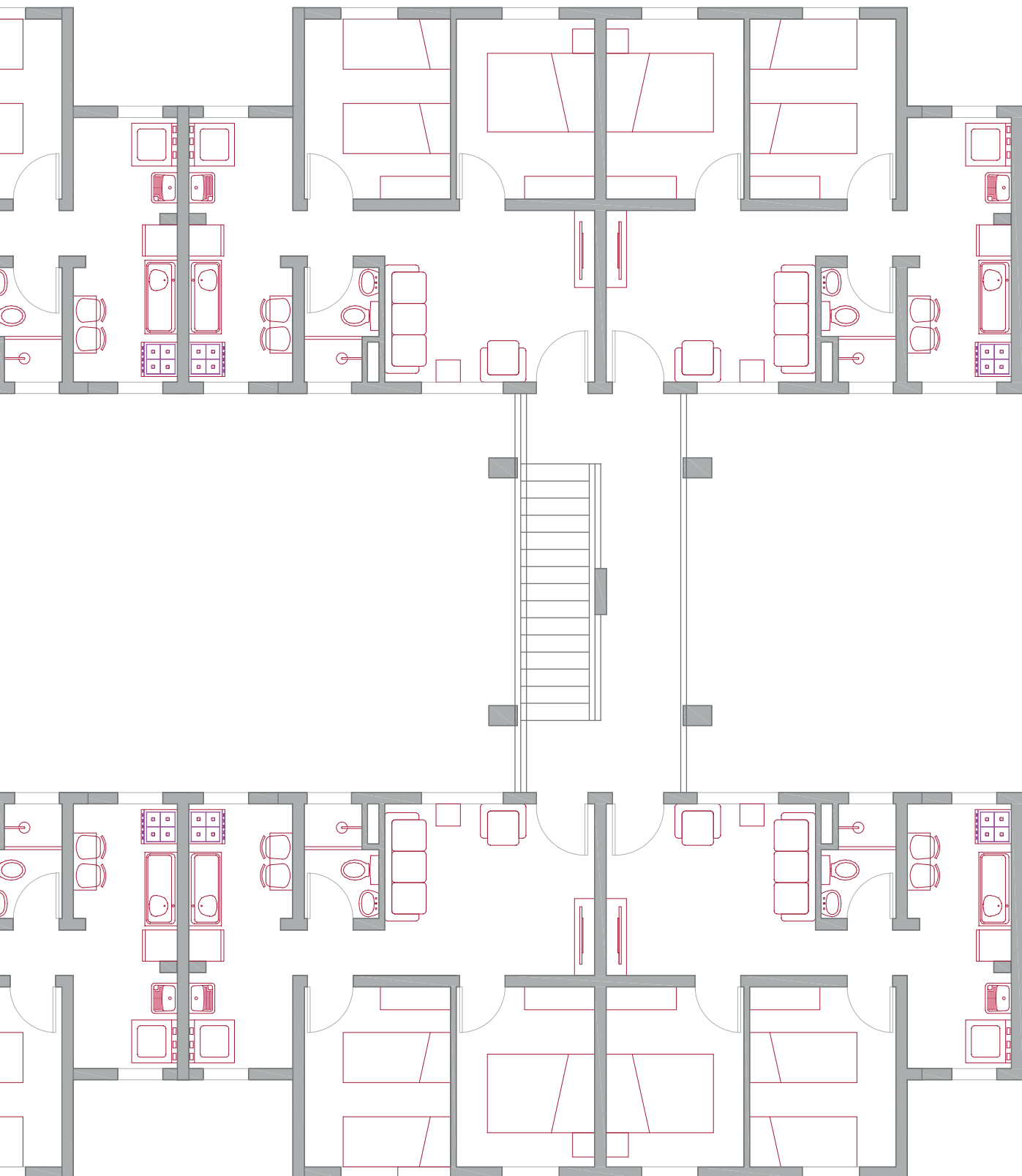
Se o PMCMV opera tendo como pressuposto o atendimento à demanda através de mecanismos de mercado – orientado, portanto, pelo livre consumo e não pelo atendimento planejado das necessidades – a qualidade do produto a ser comercializado não procura convencer o consumidor pelos seus dotes arquitetônicos ou urbanísticos, mas atende estritamente à lógica da circulação dessa mercadoria que é o produto habitacional: subsídio, liquidez, localização, segurança (do negócio e do imóvel) etc. (LOPES; SHIMBO, 2015, p. 246)

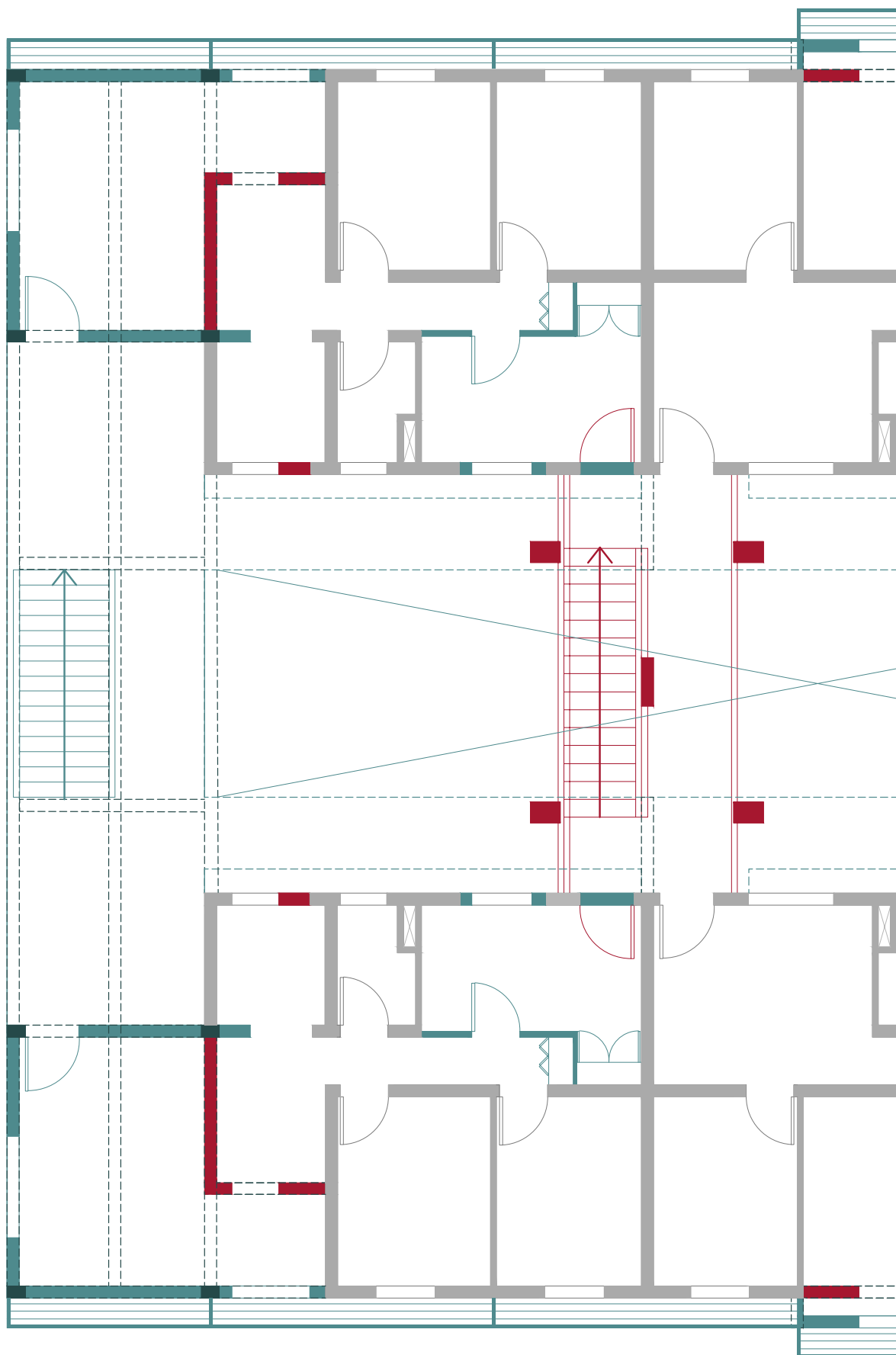
Assim como no Programa Minha Casa Minha Vida, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo carimbou bairros e mais bairros de baixa qualidade para a população pobre. E ao mesmo tempo que o campo da Arquitetura e Urbanismo (com visão crítica das cidades capitalistas) quer acabar com esse modelo, também não dá para apenas demolir tudo que foi construído até agora.

Se antes o Brasil não tinha ainda um desenvolvimento urbano consolidado, agora tem. Por isso a proposta deste TGI é lidar com a pré existência complicada e problemática, propondo intervenções que reduzam os danos já causados pela lógica da segregação espacial e pela democracia burguesa.



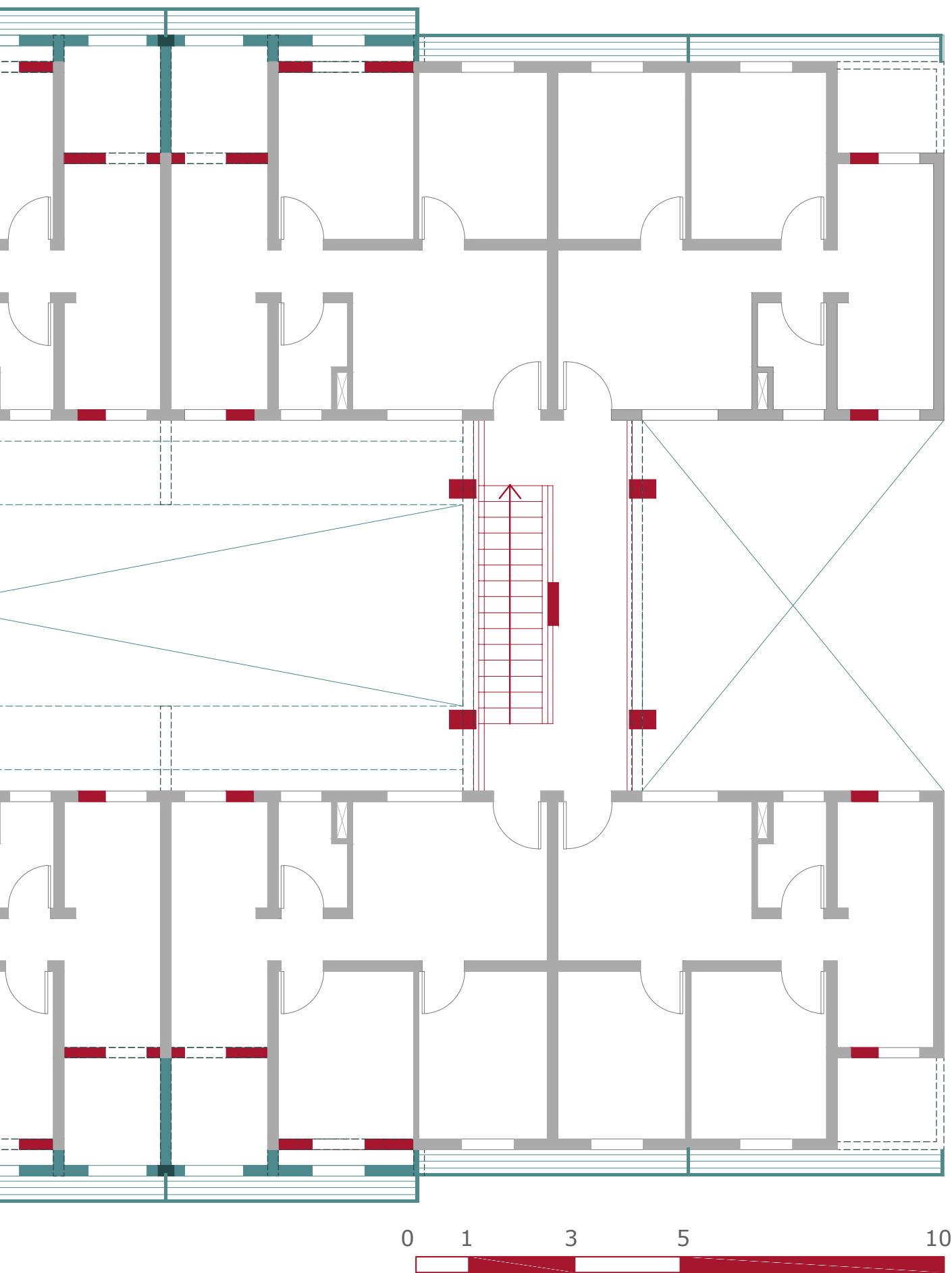
Planta tipo original do edifício do conjunto habitacional
Waldomiro Lobbe Sobrinho com habitações com 39,3 m²

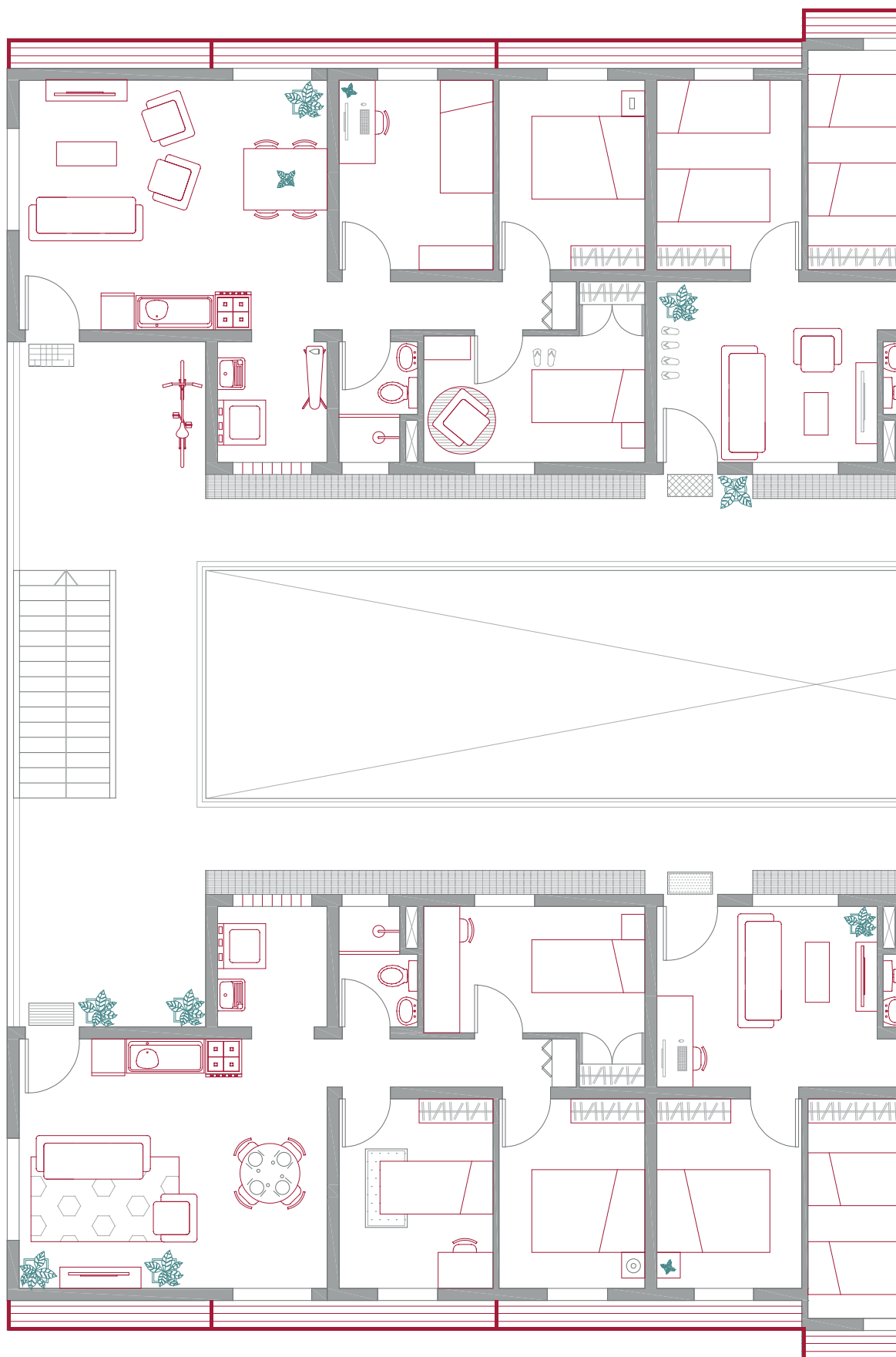




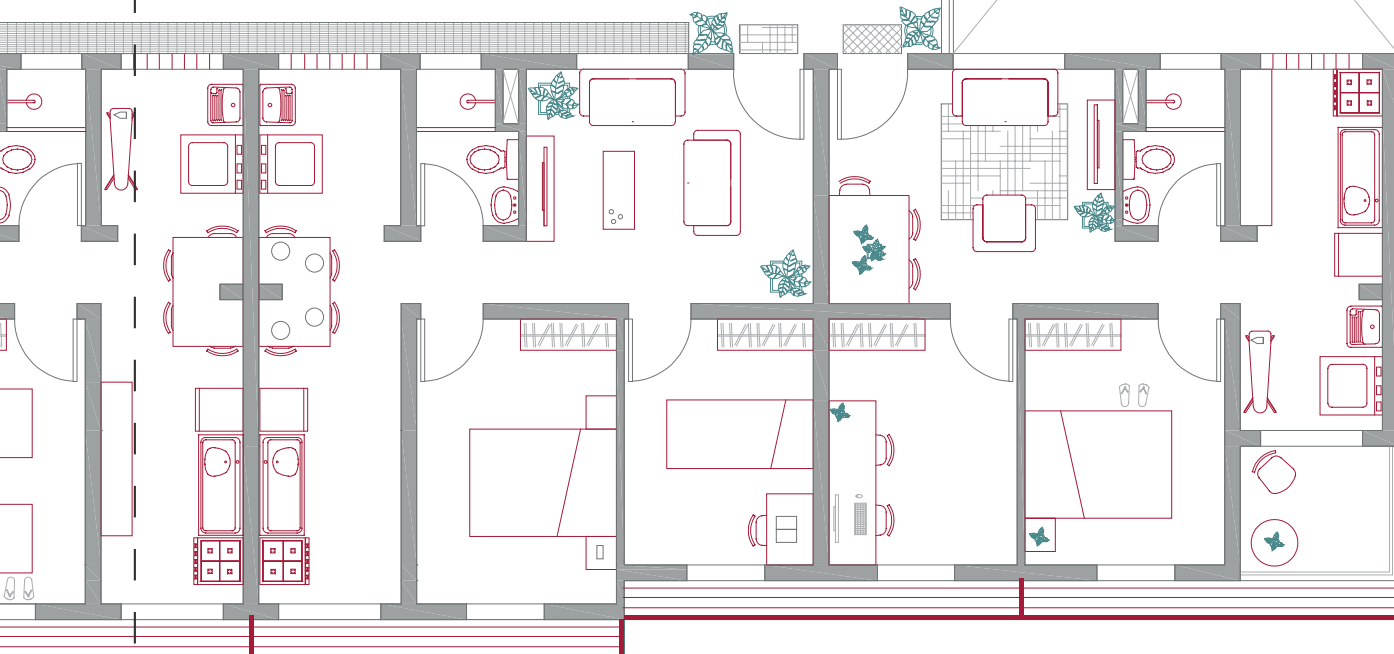
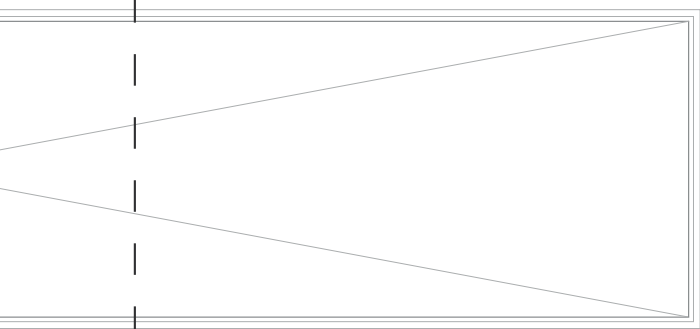
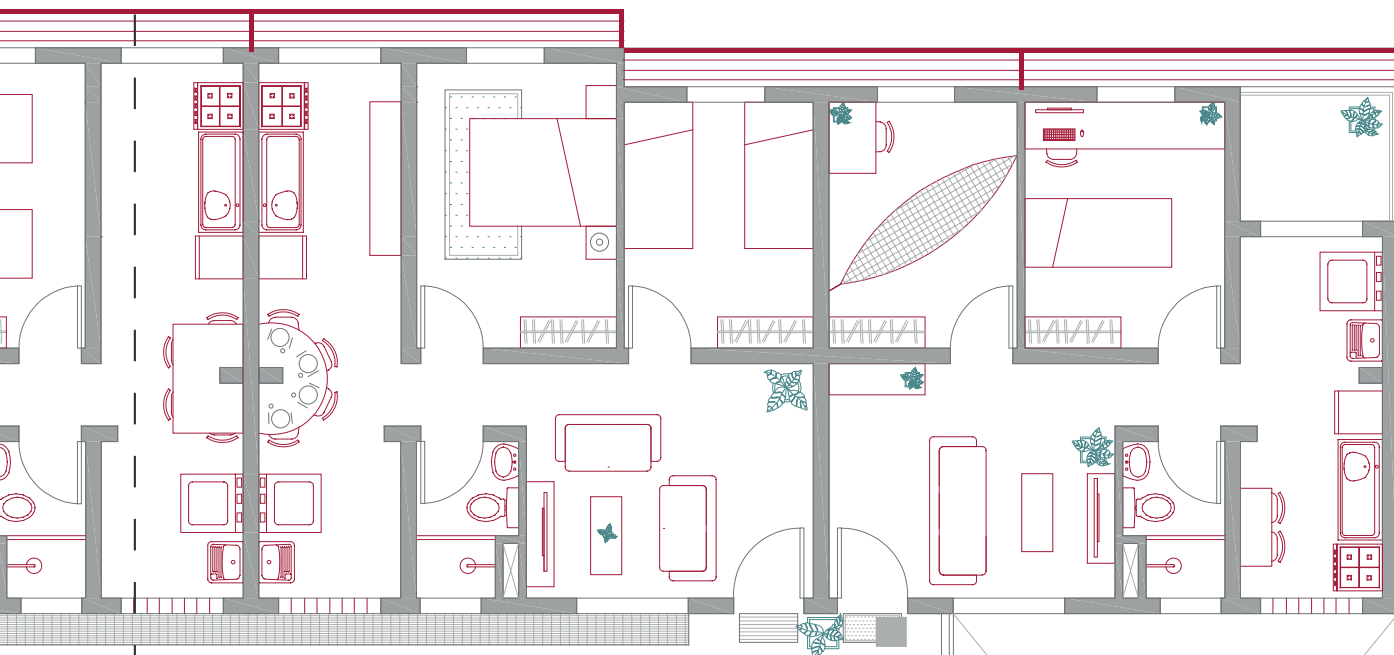
- manter
- demolir
- construir

Planta tipo de demolição e construção





Planta tipo da proposta final de reforma dos edifícios do conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho com apartamentos de 70,45 m², 60 m² e 47,2 m²



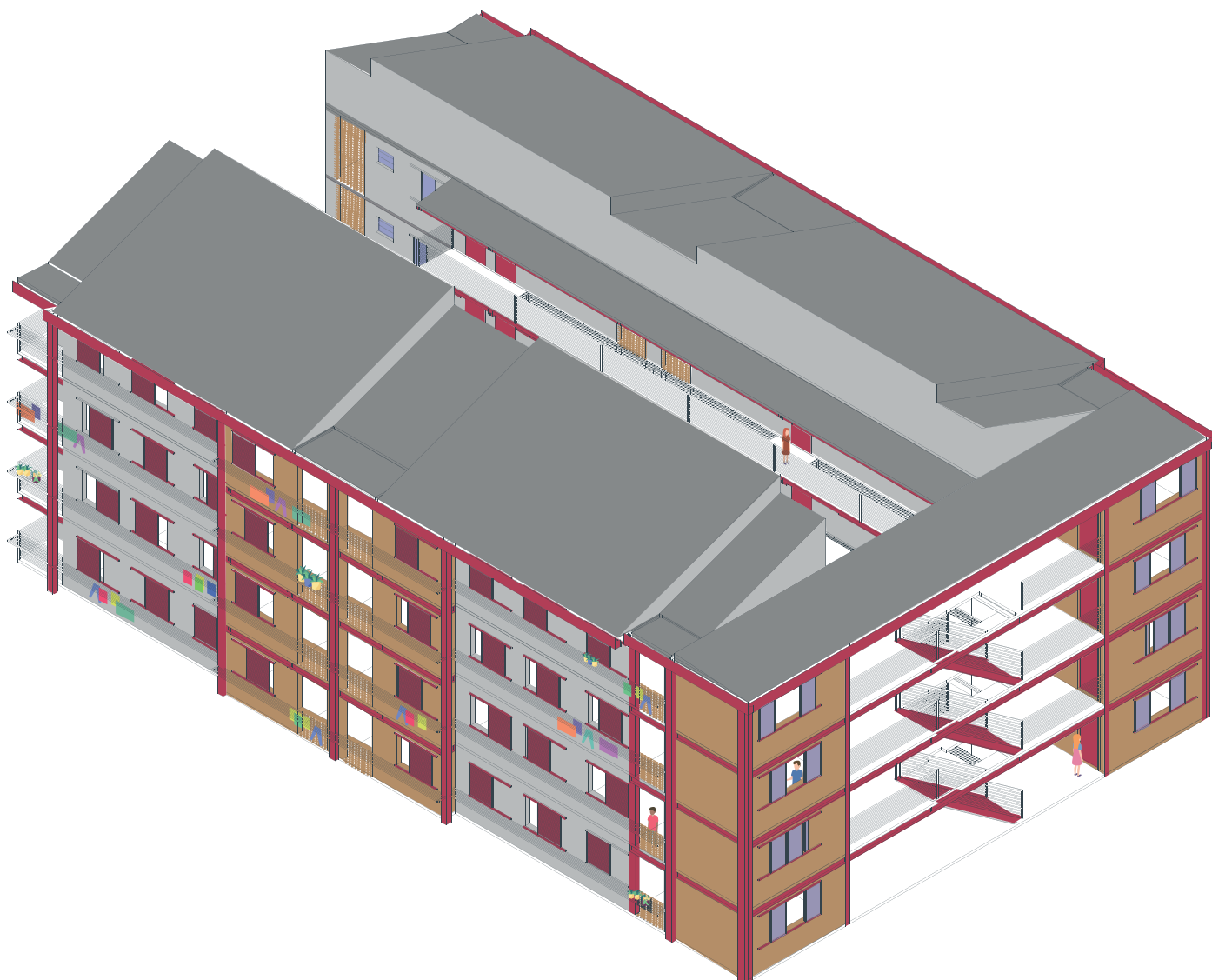
Para possibilitar a proposta de adição dos edifícios do conjunto foi pensada na solução da estrutura metálica engastada nos blocos estruturais de concreto onde há grauteamento, evitando assim muitos pilares e muito trabalho de fundação.

A proposta não era de descaracterizar o CDHU e esconder os hábitos dos moradores, por isso se aproveita as fachadas externas com um elemento metálico horizontal que serve para pendurar roupas ou colocar plantas.

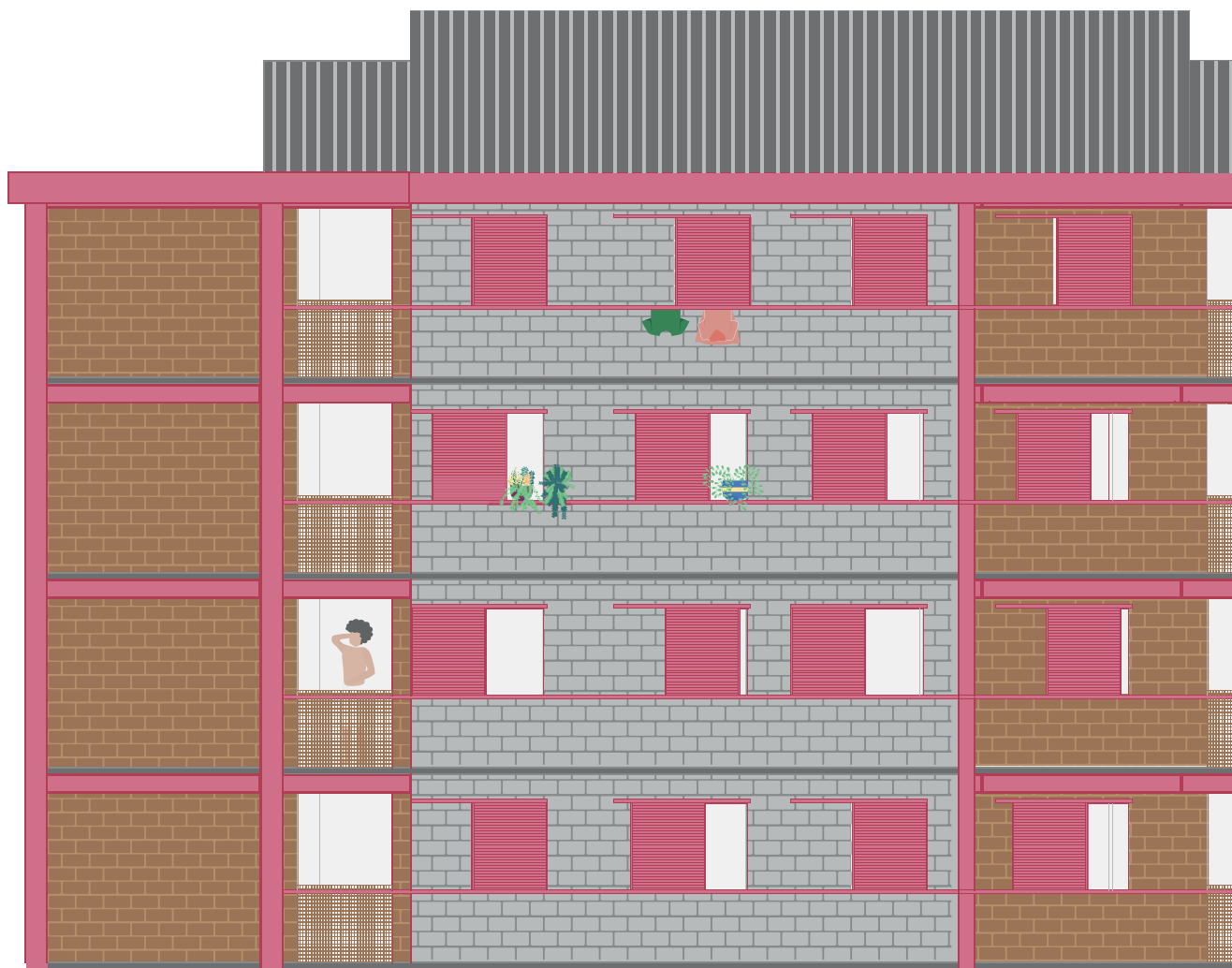
As antigas caixas de escadas independentes que ficavam no pátio do edifício foram tiradas para dar lugar a passarelas de acesso e uma grande escada única, possibilitando assim maior encontro e interação entre os moradores.

Os volumes novos foram fechados com blocos cerâmicos não estruturais para continuar com a linguagem dos blocos, mas ainda assim diferenciando o que é novo do que já era existente.

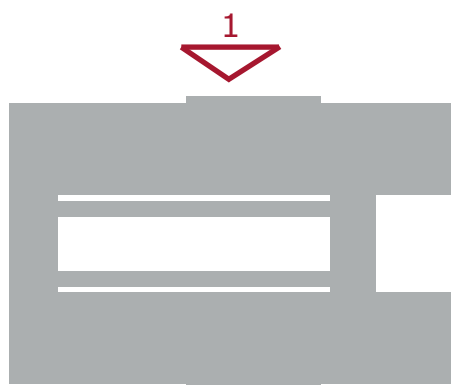
As aberturas das cozinhas e lavanderias foram aumentadas e foi colocado tijolo baiano deitado como elemento de semi vedação, dando maior ventilação para esses ambientes que antes eram de confinamento.



Perspectiva isométrica da proposta final de reforma dos edifícios do conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho

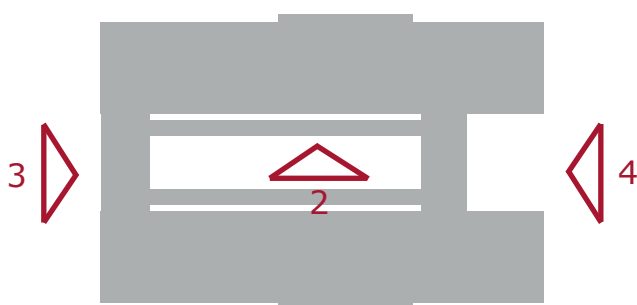


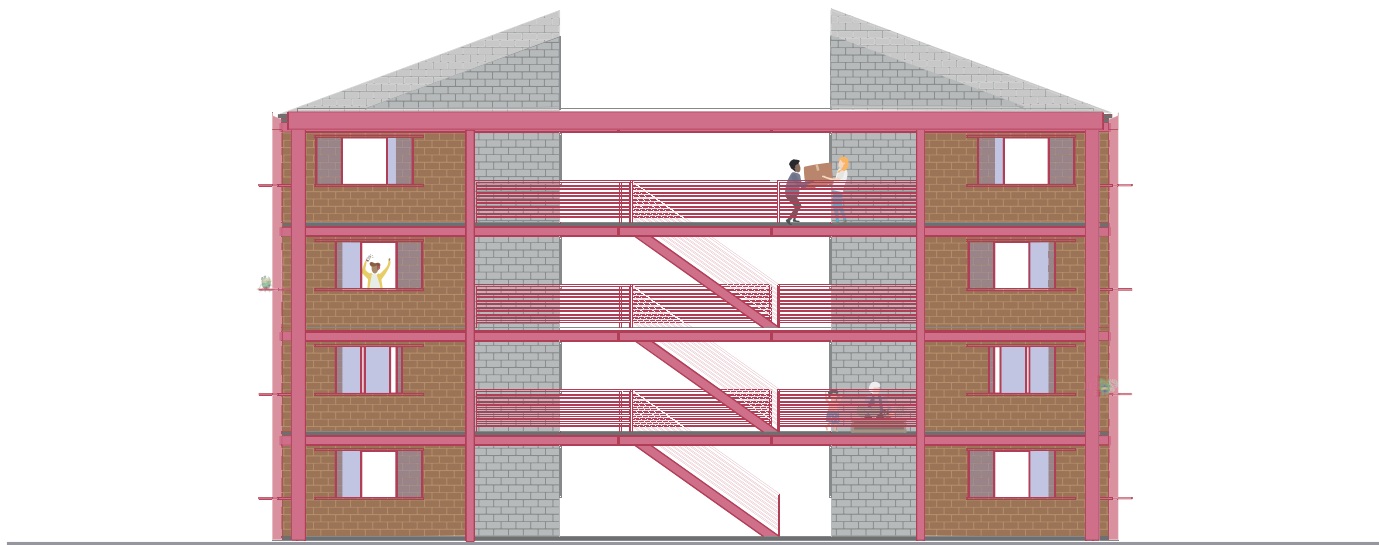
Elevação 1 da proposta final de reforma dos edifícios do conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho



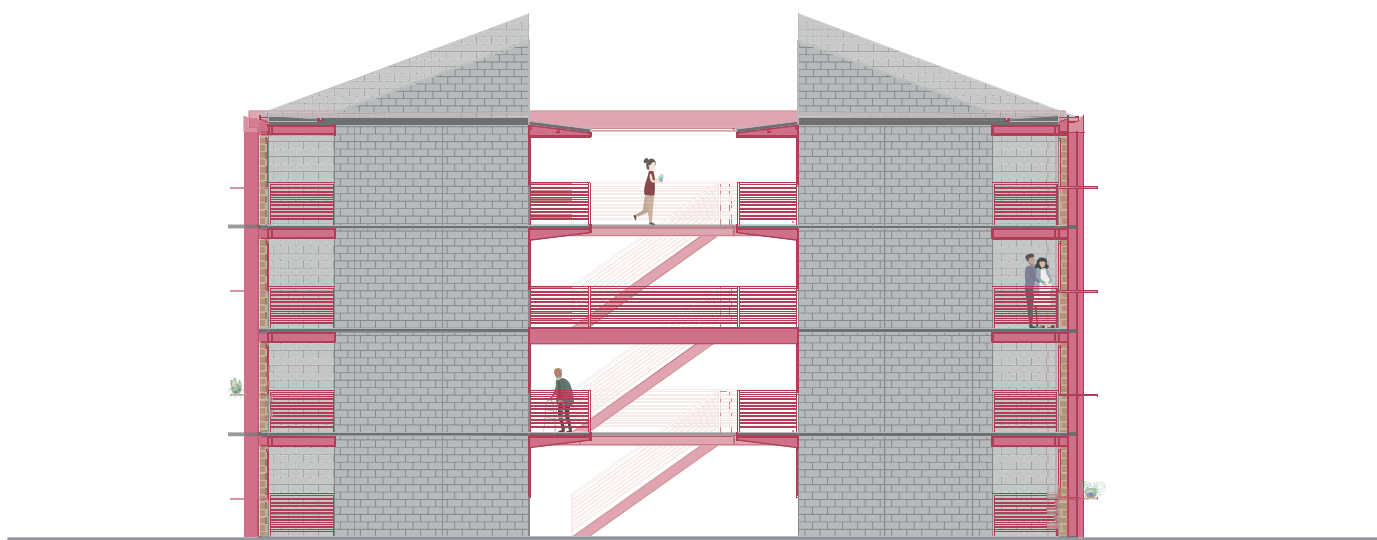


Elevação 2 da proposta final de reforma dos edifícios do conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho



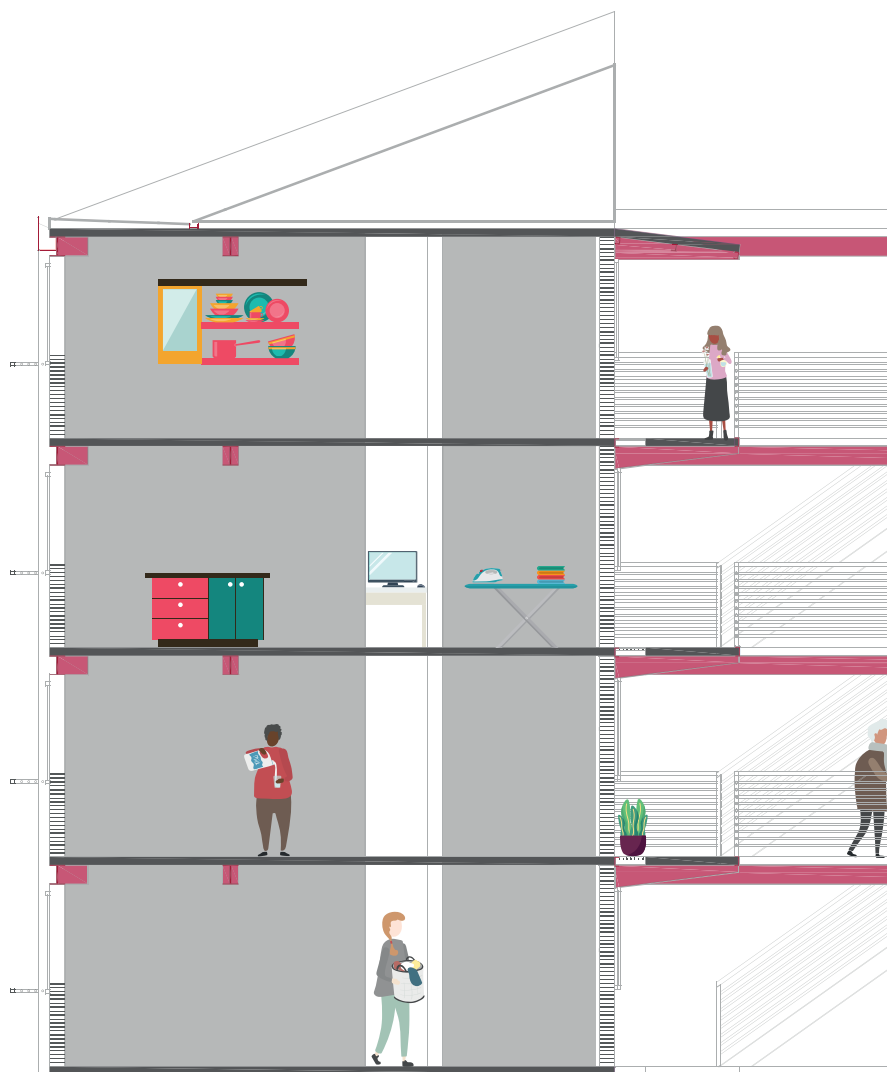


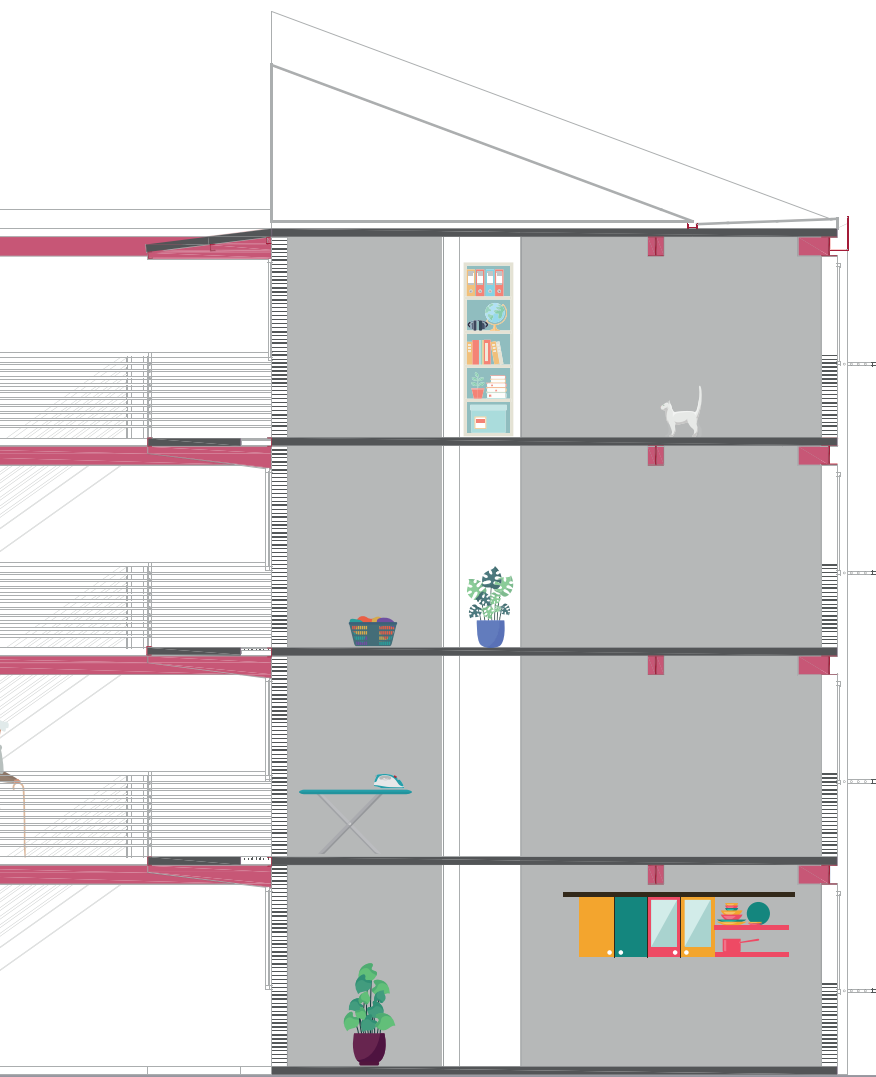
Elevação 3 da proposta final de reforma dos edifícios do conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho



Elevação 4 da proposta final de reforma dos edifícios do conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho







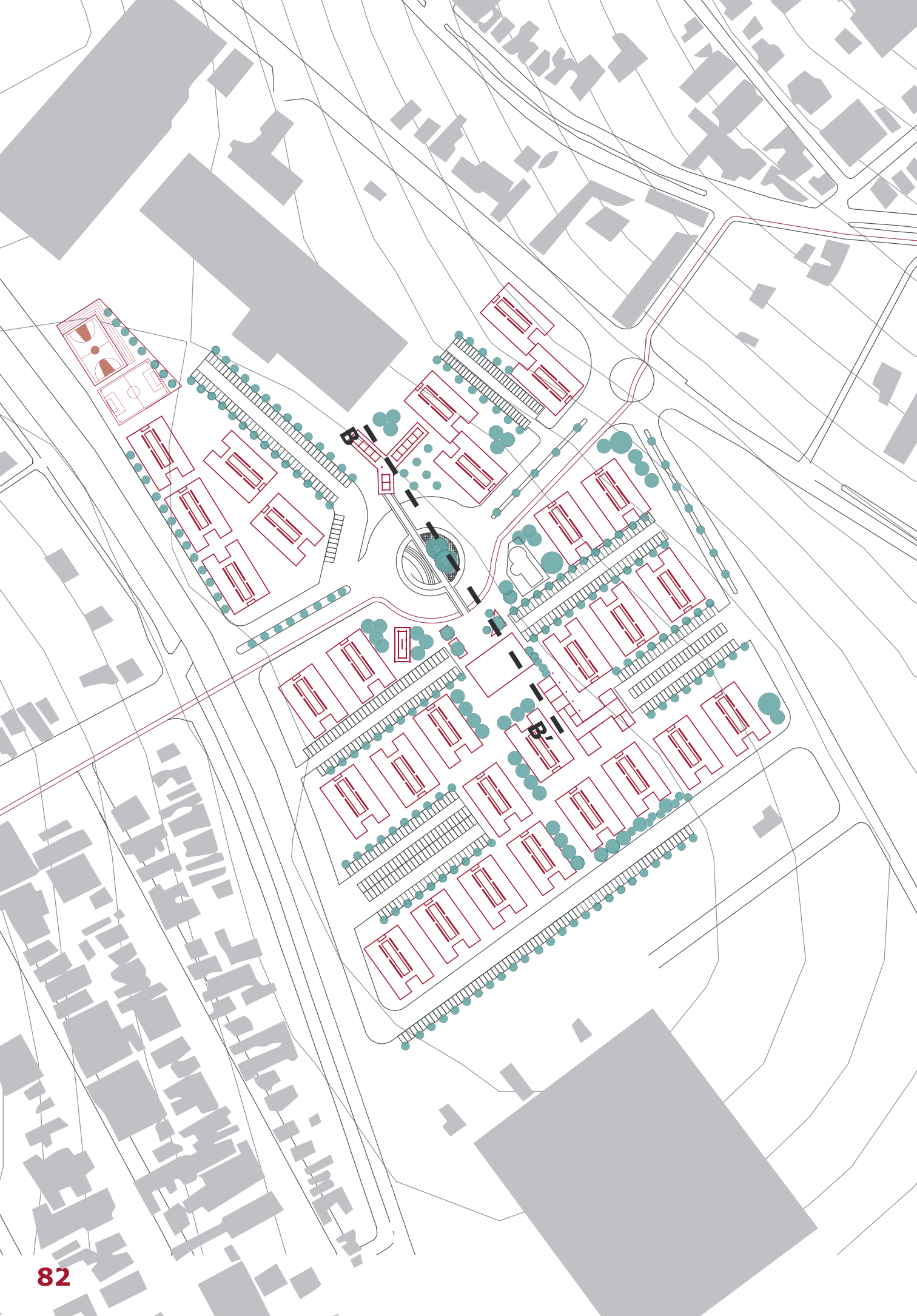
Corte AA' da proposta final de reforma dos edifícios do conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho

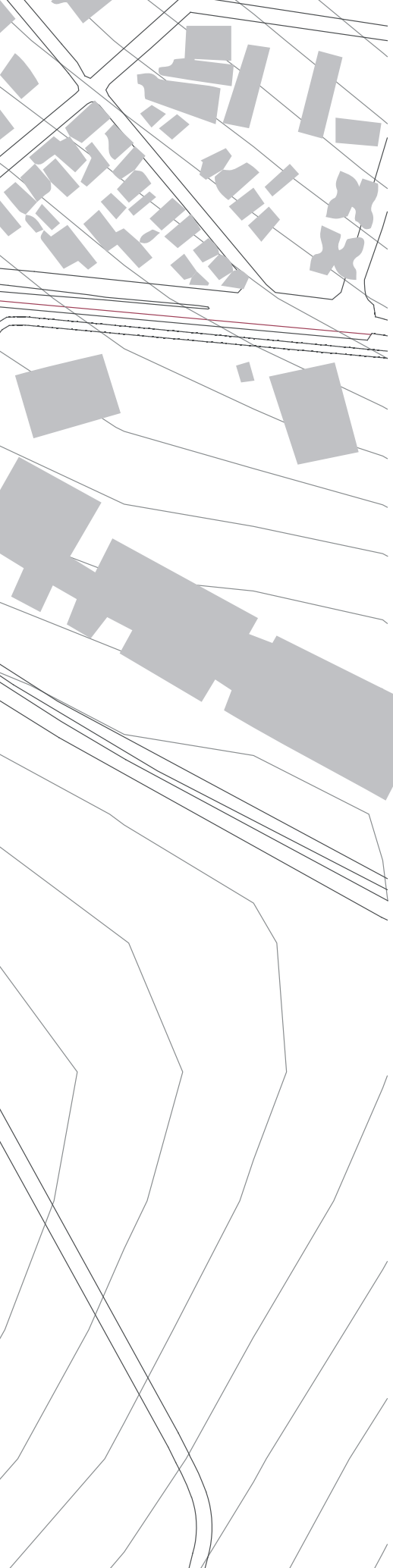






Vista aérea do conjunto habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho.
Fonte: Google. Acesso em: 13 de abr de 2019. Sem escala

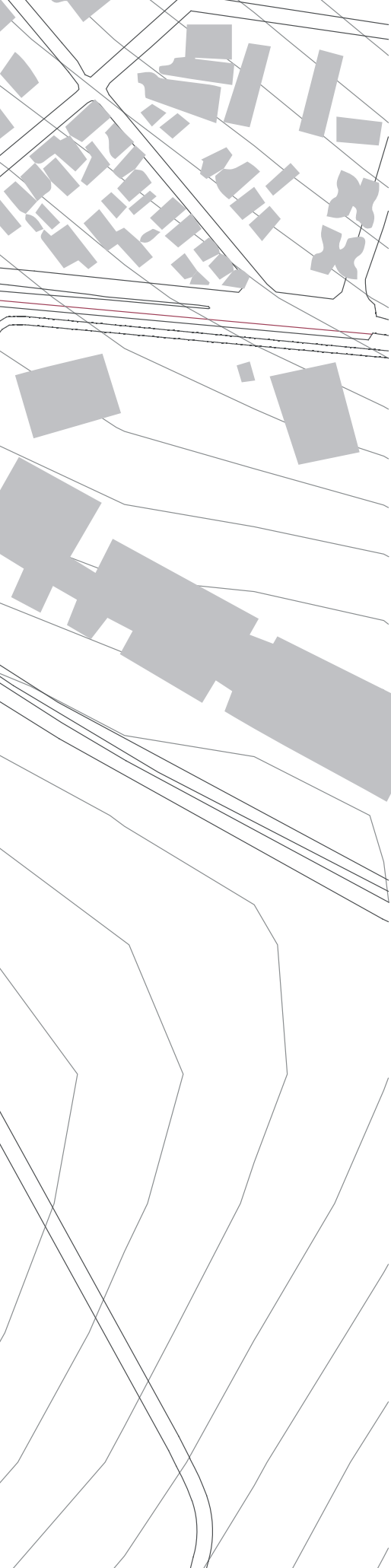




0 10 30 50 100 200

Proposta esquemática de implantação para o
conjunto habitacional



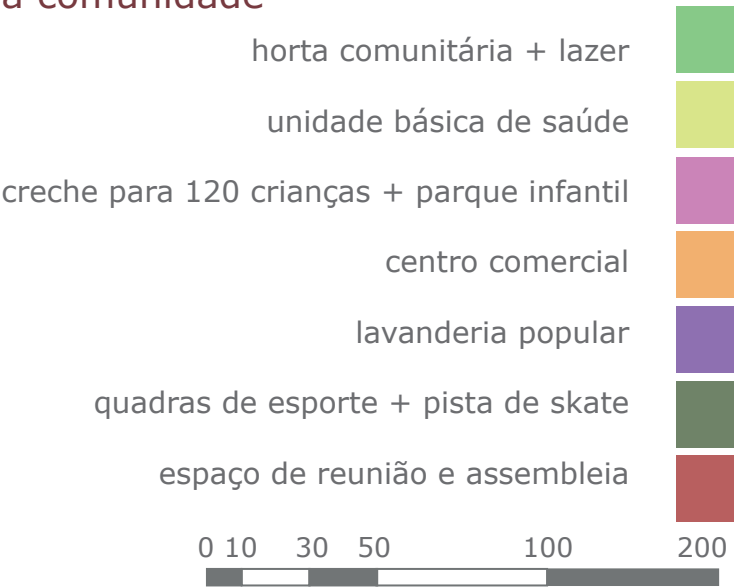


Assim como no Conjunto Habitacional do Pedregulho, de Reidy e Portinho, este projeto busca lançar um programa para os moradores que atendam as necessidades da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres trabalhadoras. O CDHU de São Carlos tem mais de 3700 moradores, uma densidade que gera demandas para este recorte. A unidade básica de saúde já é prevista no local, porém foi adicionado outros equipamentos públicos.

A horta comunitária é uma proposta para trazer em pauta a questão da soberania alimentar e também a autonomia de produção de alimento. A creche com o parque é uma demanda para atender as mães trabalhadoras do bairro, facilitando o acesso através da proximidade da habitação.

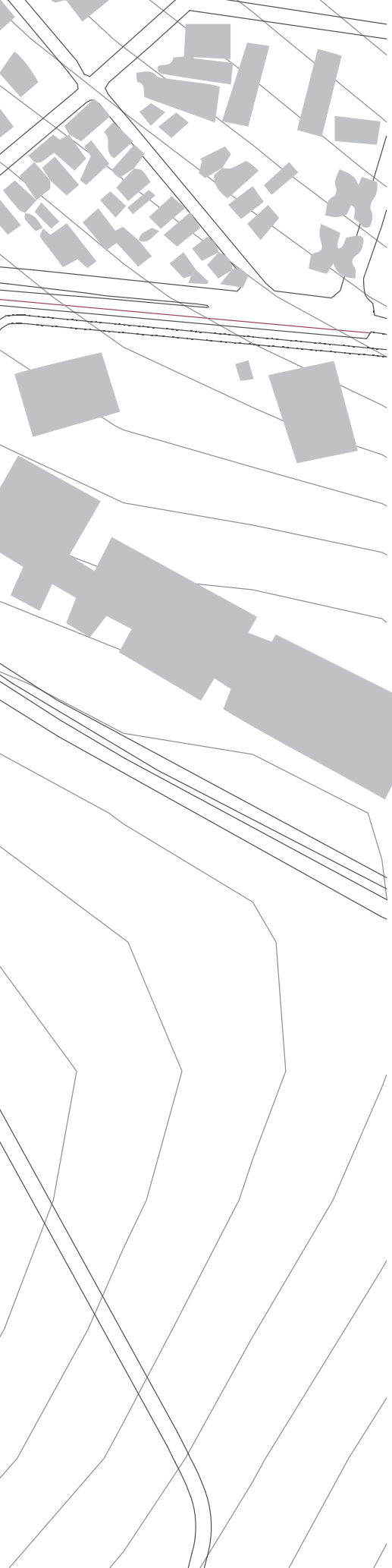
O centro comercial aparece em uma área onde já existe comércio informal. A lavanderia popular é uma oportunidade para as mulheres que exercem essa tarefa doméstica de se reunirem em um espaço comum.

Por fim, o espaço de assembleia é onde os moradores poderão se reunir para se articularem e tratar de assuntos importantes para a comunidade



Proposta esquemática de implantação para o conjunto habitacional

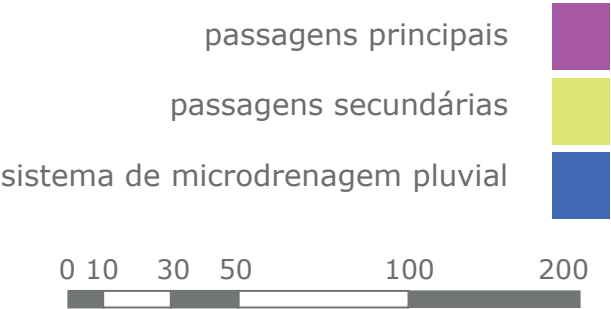




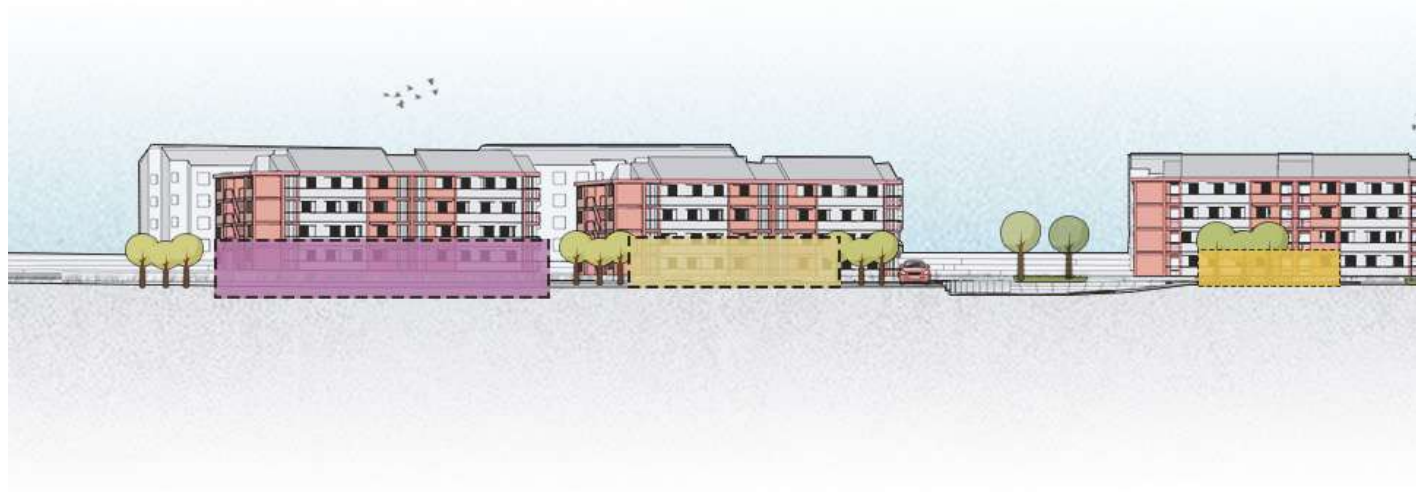
A microdrenagem pluvial acontece em conjunto com os espaços de recreio do recorte: Nas quadra e na pista de skate, no espaço central de assembleia, nos canteiros e nas calçadas largas.

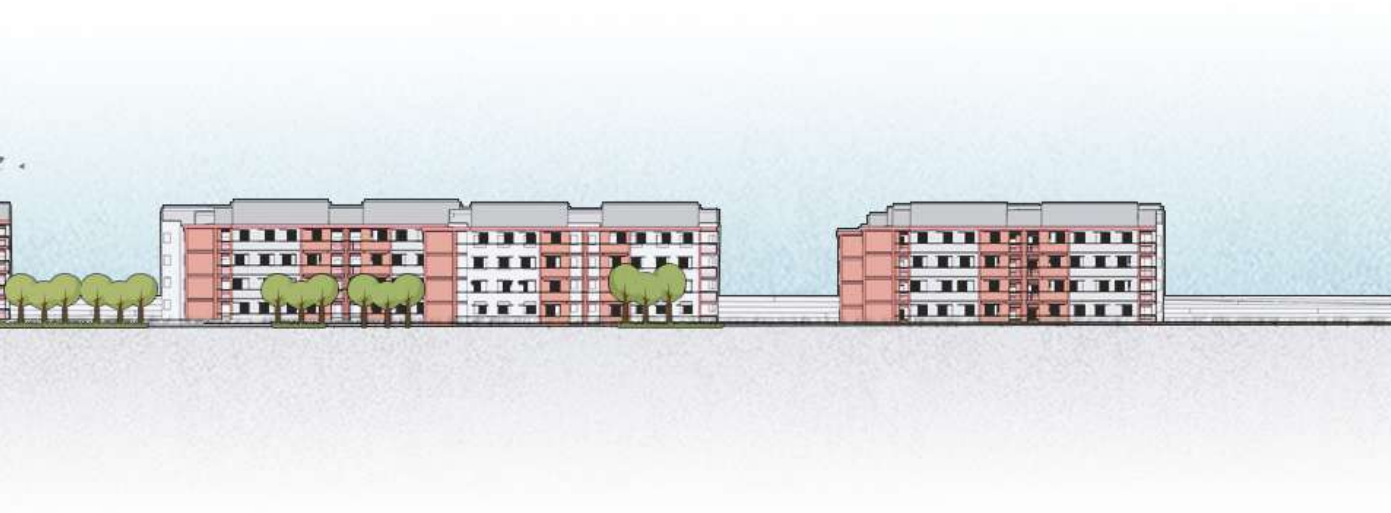
Este tipo de planejamento evita alagamentos e garante qualidade dos espaços públicos em dias chuvosos.

Foi pensado também em uma hierarquia de acessos que incentive mais a permeabilidade dos pedestres no conjunto.



Proposta esquemática de implantação para o conjunto habitacional





0 10 30 50 100 200

Corte urbano BB'





Vista da passarela de um dos blocos





Vista para o espaço central de reuniões e assembleias.

bibliografia

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: O ponto de vista marxista.** São Paulo: Nobel, 1986. 131 p.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. Cap. 1. p. 11-74.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1949. 309 p.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula (Org.). Os pioneiros da habitação social: Onze propostas de morar para o Brasil. São Paulo: Editora Unesp e Sesc Edições, 2014. 285 p.

_____. Os pioneiros da habitação social: Onze propostas de morar para o Brasil. São Paulo: Editora Unesp e Sesc Edições, 2014. 285 p.

BRASIL. Constituição (2013). Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. . Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emen-das/emc/emc72.htm>. Acesso em: 26 nov. 2018.

_____. IBGE. . **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** [s.i.]: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital, 2018. 13 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

_____. Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015. . Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 26 nov. 2018.

CORADIN, Renata. Arquitetura e gênero: três projetos em Viena. A: **Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible.** "I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible, Barcelona, 25, 26 e 27 de fevereiro de 2014". Barcelona: Máster Laboratorio de la Vivienda Sostenible del Siglo XXI, 2014, p. 156-161. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14900/156_161_Renata_Coradin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2018.

COSTA, Lúcio. **Muita construção, alguma arquitetura e um milagre.** In: XAVIER, Alberto. (org.) Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira. São

Paulo: Cosac Naify, 2003, p.78-97.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Nova Iorque: Boitempo, 1981. 244 p.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. [s.i.]: [s.i.], 1884. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/index.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FOLZ, Rosana Rita. Projeto tecnológico para produção de habitação mínima e seu mobiliário. 2008. 371 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Eesc, Usp, São Carlos, 2008.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 294 p.

_____. **Os Limites Do Capital**. Oxford: Editora Boitempo, 1982. 592 p.

HENDERSON, Susan R. et al. A Revolution in the Woman's Sphere: Grete Lihotzky and the Frankfurt Kitchen. In: ANTONIU, Manuela; CHASE, Vanessa; COLEMAN, Debra; FAUSCH, Deborah; HANKWITZ, Molly; HENDERSON, Susan; LANDESBURG, Amy; MAGAR, Christine; MCLEOD, Mary; QUATRALE, Lisa; WAGNER, George. **Architecture and Feminism**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996. p. 221-253. Edição de: Debra Coleman, Elizabeth Danze e Carol Henderson. Disponível em: <https://monoskop.org/images/4/47/Coleman_Danze_Henderson_ed_Architecture_and_Feminism.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1961. 510 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, João Marcos de Almeida; SHIMBO, Lúcia Zanin. Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha Casa... E a Cidade?: Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Cap. 9. p. 229-254. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

Plano Diretor de São Carlos, Prefeitura de São Carlos, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979. 55 p.

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. "Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática". In: **XVII ENANPUR**, São Paulo, p.1-12, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.2/ST%2010.2-03.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SILVA, A. Nelson (Coord.). Padrões de Deslocamentos na cidade de São Carlos - SP em 2007/2008 (Pesquisa Origem-Destino). São Carlos, SP, 2010.

TAVARES, Rossana Brandão. **INDIFERENÇA À DIFERENÇA:** espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. 2015. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://observasp.files.wordpress.com/2018/04/tavares_tese.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

_____. "Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades". In: **XVII ENANPUR**, São Paulo, p.1-12, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.2/ST%2010.2-05.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986. 123 p.

